



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

**INFORMAÇÃO ANUAL DO CHEFE DO ESTADO À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
SOBRE A SITUAÇÃO GERAL DA NAÇÃO**

**Maputo, 16 de Dezembro de 2021**

**Senhora Presidente da Assembleia da República;**

**Senhor Primeiro-Ministro;**

**Venerando Presidente do Tribunal Supremo;**

**Veneranda Presidente do Tribunal Administrativo;**

**Veneranda Presidente do Conselho Constitucional;**

**Digníssima Procuradora-Geral da República;**

**Egrégio Provedor de Justiça;**

**Senhores Deputados da Assembleia da República;**

**Senhores Ministros, Vice-Ministros e Secretários de Estado;**

**Senhor Secretário de Estado na Cidade de Maputo;**

**Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo;**

**Senhores Dirigentes e Membros de Partidos Políticos;**

**Representantes das Confissões Religiosas e das Organizações da Sociedade Civil;**

**Senhores Membros do Corpo Diplomático acreditados em Moçambique;**

**Distintos Convidados;**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores;**

**Moçambicanas e Moçambicanos!**

É com elevada honra que me dirijo a esta Magna Casa do Povo e, por vosso intermédio, ao Povo Moçambicano, no país e na diáspora que, com coragem e resiliência tem superado os desafios para a implementação da nossa **Agenda Comum de Desenvolver Moçambique**.

Endereçamos, também, as nossas saudações a si, Senhora Presidente da Assembleia da República, Doutora Esperança Laurinda Ferrão Nhiuane Bias, por dirigir este Órgão Legislativo de forma harmoniosa, tranquila e com elevado sentido de Estado.

Uma saudação particular vai para os partidos políticos com assento neste órgão de soberania e aos deputados que os *representam e que, deste modo*, dão o seu contributo para o engrandecimento da nossa democracia.

**Compatriotas,**

**Distintos Convidados!**

Ao longo do ano, fomos prestando pontualmente homenagem aos nossos compatriotas perecidos que, de forma incansável, deram o seu contributo para a construção e o crescimento de Moçambique. Eles partiram, mas a sua obra permanece viva entre nós.

Gostaríamos de recordar o Cardeal Dom Alexandre José Maria dos Santos, os Sheiks Cassimo David e Abdul Carimo Sau, o Presidente do Partido Movimento Democrático de Moçambique (MDM) e Presidente do Conselho Municipal da Beira, Daviz Mbepo Simango, os ex-Ministros Cadmiel Filiano Muthemba, Osumane Aly Dauto, Oldemiro Júlio Marques Balói, Felício Pedro Zacarias e Júlio Eduardo Zamith de Franco Carrilho, o ex-Vice-Ministro Francisco Itai Meque, o General do Exército Eugénio Ussene Mussa e o Major-General João Facitela Pelembe.

Recordamo-nos ainda dos Deputados da bancada da FRELIMO: Brígida Anita Jorge Mathavele e Daly Assumane Kumanda.

A nossa vénia vai também para os jovens das Forças de Defesa e Segurança que, com bravura e sacrifício, deram as suas vidas para defender a nossa soberania e integridade territorial.

Não podemos deixar de lembrar os inúmeros cidadãos civis, nacionais e estrangeiros, barbaramente assassinados pelos terroristas em Cabo Delgado e pelos homens armados da auto-proclamada Junta Militar da Renamo.

Queremos ainda recordar as vítimas da sinistralidade rodoviária, os profissionais da saúde, os fazedores da arte e cultura, os desportistas, entre outros filhos desta Nação que partiram para a eternidade.

Às famílias moçambicanas que perderam os seus entes queridos e às bancadas parlamentares, endereçamos, uma vez mais, as mais profundas e sentidas condolências e a nossa solidariedade pelo desaparecimento físico destes nossos irmãos.

### **Moçambicanas e Moçambicanos!**

Ao apresentar esta Informação Anual sobre a Situação Geral da Nação obedecemos ao espírito da nossa Constituição e ao princípio democrático da prestação de contas. Esta apresentação assenta nos seguintes dois pilares:

**Primeiro**, a convicção de que o objectivo central da nossa governação é a diversificação sectorial da economia, a par da edificação de infra-estruturas nas zonas rurais, da formação e de reformas estruturais conducentes a um ambiente de negócios propício ao investimento.

Pretendemos potenciar o aumento da produção e produtividade, o emprego e conseqüente geração de renda, sobretudo, para jovens e mulheres.

**Segundo**, vamos passar em revista as inúmeras realizações e desafios que o país enfrentou e que aquele que definimos como sendo “o *meu patrão*”, o Povo Moçambicano, foi acompanhando e superando ao longo do ano.

O povo moçambicano conhece o que foi realizado. Mas, conhece também o que mais poderia ser feito, rumo ao desenvolvimento célere almejado por todos.

Antes de prosseguir, gostaria de fazer referência ao facto de o meu Governo, na actual legislatura, ter estado nesta casa sete vezes, isto é, em Março, duas vezes em Abril, Outubro, Novembro e duas vezes em Dezembro. Estas presenças consecutivas indicam que boa parte da informação já foi apresentada e validada por esta digna casa.

### **Descentralização**

#### **Compatriotas!**

Um dos nossos grandes desafios foi e continua a ser a descentralização governativa.

Decorreu um ano e meio da implantação e início do funcionamento dos novos órgãos na Província. Podemos hoje afirmar por tudo quanto percorremos e por tudo o que aprendemos que estamos no caminho certo. E é sempre assim: os caminhos fazem-se caminhando.

No âmbito da operacionalização da Governação Descentralizada Provincial, foram instituídos os Conselhos Nacionais e Provinciais de Coordenação e estão em curso várias acções de reforma legislativa e política, com destaque para a revisão da Política e Estratégia de Descentralização e a concepção do Programa Nacional de Construção e Reabilitação de Infra-estruturas Administrativas dos Distritos, para os quais contamos com a prestimosa colaboração desta Casa do Povo.

A nossa experiência evidencia que não se trata de um caminho linear, com garantias de um produto acabado. Estamos perante um processo novo e peculiar que terá de ser ajustado à medida que se implementa. A configuração final da descentralização depende, em larga escala, da implementação de um conjunto de contribuições políticas e administrativas.

Para cumprir esta meta, necessitamos de uma maior alocação de recursos humanos, patrimoniais e financeiros. Por estas razões, o resultado desejado levará algum tempo, para garantir uma melhor coordenação e complementaridade nas atribuições de cada um dos órgãos de governação.

Como país, continuamos a consolidar os ganhos até aqui conseguidos, desde que foi revista a Constituição da República, em 2018, que inclui a nova governação descentralizada. É nossa intenção colectiva, levar o poder e os serviços para junto do cidadão. Queremos que cada moçambicano sinta que esses serviços existem para o servir porque estão próximos e porque são acessíveis a todos.

### **Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR)**

O Governo continua empenhado no cumprimento integral do Acordo de Paz Duradouro, Definitivo e Efectivo e a bem da Reconciliação Nacional, assinado, em Maputo, a 06 de Agosto de 2018.

O processo do Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) tem sido conduzido num espírito de confiança mútua e de colaboração profícua entre o Governo, a Renamo e os

Parceiros Internacionais e a equipa dirigida pelo enviado especial do Secretário Geral das Nações Unidas, António Guterres.

Foi este bom entendimento que permitiu, junto da Comunidade Internacional, a mobilização de recursos financeiros necessários para desenvolver programas que incluirão a desactivação de **16** antigas bases da Renamo. Destas, **11** já foram completamente desmanteladas e encerradas, nomeadamente as bases de Savane, Muxúngue, Inhaminga, Chemba, Maríngue, Mabote, Tambara, Mossurize, Báruè, Zóbuè e Murrupula.

No decurso do processo, foram desmobilizados e reintegrados **3.267** antigos guerrilheiros da Renamo, representando 63% do número total, dos quais **156 mulheres** e **3.141** homens, que é de **5.221 pessoas**.

Apraz-nos registar que aderiram a este processo outros 90 antigos elementos que, voluntariamente, abandonaram a Junta Militar da Renamo, incluindo Oficiais Superiores.

Uma vez terminado o processo de DDR, teremos dado um grande passo para uma vitória colectiva, o que vai permitir assegurar aquilo que é, desde há muito, um sonho de todos nós, que é o de superar as feridas de uma guerra que tanto luto semeou entre todos nós.

## **Reconciliação**

A promoção da cultura de paz, não é uma tarefa exclusiva de uns ou outros. É sim uma responsabilidade transversal de todas as esferas da nossa sociedade. Cada um de nós deve ser um construtor da Paz.

A Paz nasce de acções concretas que praticamos todos os dias. A Paz não é apenas a ausência de guerra. É um modo de vida que nasce de pequenos passos, como por exemplo, deixarmos de discriminar os outros. Deixarmos de cometer violência física ou verbal contra o nosso irmão, irmã, esposa, esposo, mãe, pai, avô ou avó. A Paz nasce ao deixar de ter medo da diversidade de opiniões. A Paz fica mais forte quando deixamos de culpar os outros pelas nossas próprias falhas.

Precisamos da Paz como uma cultura, como um modo de vivermos juntos. Precisamos da Paz porque só assim concentraremos as nossas energias na construção do progresso e bem-estar de todos.

**Inspirados** neste espírito de reconciliação e de consolidação da Paz que, no passado dia 10 de Dezembro, presidimos à cerimónia de graduação de 36 quadros da PRM, na Escola de Sargentos Tenente General Assael Tazama, em Metuchira. Esses graduados eram antigos guerrilheiros da Renamo que se juntaram a uma dezena de oficiais anteriormente treinados e enquadrados.

Todos estes actos ajudam a criar um clima verdadeiro e sustentado de harmonia e de concórdia. Necessitamos que estes ganhos sejam consolidados por programas de educação de toda a sociedade.

É neste sentido que o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano procura formas de promover uma educação para a paz. Assim, a partir do próximo ano, iniciaremos uma campanha denominada “Paz é nossa Cultura”, com representantes de organizações políticas e de confissões religiosas e demais intervenientes da sociedade civil.

As mensagens de paz serão criadas e disseminadas a partir das escolas de todo o nosso país. Por isso, mais uma vez, fazemos o apelo a todos os moçambicanos no sentido de cultivarem o espírito da tolerância, inclusão e reconciliação.

## **Situação do Terrorismo e os Avanços no terreno**

### **Compatriotas!**

Desde a eclosão do fenómeno do terrorismo, em Outubro de 2017, alguns distritos da Província de Cabo Delgado, nomeadamente, Mocímboa da Praia, Palma, Nangade, Quissanga, Muidumbe e Macomia foram alvos de ataques terroristas. Os ataques resultaram no assassinato cumulativo de mais de **2.000** cidadãos e forçaram a deslocação de mais de **817.000** pessoas das suas casas.

De 01 de Janeiro a 30 de Novembro de 2021, portanto, o intervalo que estamos a avaliar, foram registados 52 ataques terroristas. No mesmo período do ano passado, os terroristas lançaram 160 ataques. Fomos capazes não apenas de conter, mas de reduzir em três vezes o número de agressões terroristas. Parte considerável das pessoas atingidas pelo terrorismo encontra-se abrigada em lugares mais seguros na província de Cabo Delgado e noutras províncias do país.

Por causa do terrorismo em Cabo Delgado e da instabilidade causada pela Junta Militar da Renamo na Zona Centro, temos, hoje, em Moçambique, **pouco mais de 948.000** pessoas deslocadas, ou seja, são **mais de 177 famílias** e quase **400.000 crianças** que se viram obrigadas a abandonar os seus lares.

Além de luto e dor, a acção terrorista contribuiu para a destruição de infra-estruturas socio-económicas, património público e do tecido empresarial, causando uma quebra dos níveis de actividade, caracterizada pelo fecho de empresas e repartições da Administração Pública.

Um dos impactos da agressão criminosa é a redução da nossa capacidade produtiva, o aumento do desemprego e o retrocesso nos níveis de bem-estar social. Nos distritos a Norte da Província de Cabo Delgado, a situação caracteriza-se por estabilização gradual e crescente, apesar de focos esporádicos que tendem a se expandir para os distritos limítrofes da Província do Niassa.

As bases sinalizadas dos terroristas foram, na sua maioria, desactivadas. Neste momento, prosseguem acções de perseguição aos terroristas. As operações conjuntas e combinadas entre as Forças Armadas de Defesa de Moçambique, as Forças da SADC e do Ruanda têm registado progressos assinaláveis com impacto imediato na neutralização da capacidade combativa dos terroristas, o que tem estado a alimentar a esperança da população deslocada em retornar às zonas de origem.

Destacamos como resultados operativos, a captura de 245 terroristas suspeitos, que após as necessárias diligências, foram objecto de um processo da reintegração nas suas comunidades no Distrito de Palma.

Em combate, foram abatidos cerca de 200 terroristas, incluindo seus principais líderes que, para além de comandantes militares, eram ideólogos radicais e extremistas, nomeadamente os Sheiks: Muhamud Siyai, Njire North, Abubacar Suleimana Khafizu, Hamza Abdulai Issufo, Amisse Dade, Chemo Saide, Kibwana Ndevo, Cassimo Andrenemi, Ibraimo Tawabo e Rajabo Fakir, considerado o número três da hierarquia, que foi posto fora de combate no passado dia 18 de Novembro, na povoação de Nahavara que fica entre os Postos administrativos de N'Gapa e Negomano.

Foi capturado diverso material, com dezenas de armas e munições de diversos tipos e calibres, viaturas, motorizadas, geradores eléctricos, rádios de comunicação, computadores,



telefones satélites, para além de vária documentação, incluindo manuais tácticos e documentação religiosa, usada para doutrinação dos jovens terroristas.

Foi reforçado o controlo de grande parte das zonas anteriormente críticas, nomeadamente: Distrito de Mocímboa da Praia (aldeias Maputo, Awasse, Chinda, Mumo, Ntotoe, Zâmbia, Quelimane, Diaca, Mbaú e a Vila de Mocímboa da Praia); Distrito de Palma (Vila de Palma e Quionga); Distrito de Muidumbe (aldeia Chitunda, Xitaxi e Miengueléua); e Distrito de Macomia (aldeia Chai, Litamanda e N'tchinga).

### **Compatriotas!**

Para nós, não há uma narrativa racional por detrás das acções de terrorismo. O que estamos a enfrentar é **banditismo puro, movido pela “cobiça”** alheia contra uma Nação que está prestes a dar um salto qualitativo e quantitativo.

Uma vez mais, chamamos a consciência dos nossos compatriotas recrutados pelos terroristas a não hesitarem em retornar para as suas famílias e comunidades. Ninguém se pode sentir acorrentado aos actos de violência que já cometeu. Existe um caminho de regresso à sua pátria, à sua família, à casa. Nunca é tarde para colocar uma pedra sobre um passado que implica ódio e o sangue de gente inocente.

Exortamos ainda, a todo o Povo Moçambicano a manter-se vigilante contra qualquer tipo de manifestação que visa pôr em causa a nossa soberania, integridade territorial, bem como a Ordem, Segurança e Tranquilidade Públicas.

### **Presença de tropas estrangeiras em Moçambique**

Ao abrigo do Acordo de Cooperação que existe com o Ruanda, desde a década de 1990, celebrámos um Memorando de Entendimento com o Governo da República do Ruanda sobre a Cooperação no sector da Defesa e Segurança e o Acordo relativo ao Estatuto da Força de Apoio no Combate ao Terrorismo em Moçambique. Portanto, as forças do Ruanda estão no nosso país ao abrigo do Acordo bilateral entre os nossos dois países no âmbito da segurança. Dissemos isso quando nos dirigimos à Nação no dia 25 de Julho deste ano, comunicando sobre a situação de segurança na província de Cabo Delgado. Explicámos, já nessa altura, que

a participação do Ruanda se enquadra no princípio da solidariedade e na defesa de uma causa nobre e comum. Esse esforço de defesa não tem preço. Trata-se de salvar vidas humanas, trata-se de evitar a decapitação de pessoas. Trata-se de evitar a destruição de bens e infra-estruturas públicas e privadas.

A República do Ruanda encontra-se no terreno a dar a vida de alguns dos seus melhores filhos. Este sacrifício só pode merecer o máximo carinho e respeito por parte do povo moçambicano.

A presença do contingente da SADC, que está a apoiar Moçambique encontra o seu enquadramento jurídico no Tratado, Pacto de Defesa Mútua da SADC e no Protocolo de Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança, todos ratificados pelo nosso país e, ainda no Acordo Operacional Básico – Acordo de Estatuto de Forças (SOFA) para a Missão da SADC em Moçambique (SAMIM).

O mandato das forças estrangeiras é de ajudar as Forças de Defesa e Segurança no terreno a restaurar a segurança, tranquilidade e permitir a retomada da normalidade para consolidar a paz definitiva.

Todas estas forças devem ser saudadas e acarinhadas. É essa gratidão e carinho que as populações afectadas em Cabo Delgado expressam todos os dias aos soldados que as defendem.

Queremos aqui assegurar que a actuação das forças no terreno obedece a preceitos preconizados em instrumentos próprios e no âmbito de uma estrutura de comando previamente aprovada. Essa hierarquia e essas linhas de comando garantem que não haja atritos e nem desarticulação entre as nossas forças e forças estrangeiras. Salvaguarda, igualmente, que não haja discrepâncias entre as diversas forças internacionais que possam vir a ser empenhadas no nosso País.

Está absolutamente claro que os moçambicanos é que estão na vanguarda. São os nossos quadros que asseguram a direcção estratégica das operações. Assim acontece por uma questão de soberania. E assim acontece porque são os nossos quadros que conhecem melhor o terreno e que são os mais interessados na restauração da estabilidade em Moçambique e, por extensão, na região e continente. Portanto, não existe nenhuma razão para se recear a presença e intervenção, nem das Forças da SADC, nem do contingente do Ruanda. Ninguém pediu uma recompensa a Moçambique por estar a salvar as vidas de moçambicanos.

Há algo que devemos ter a certeza: o terrorismo é como um vírus. Não se combate apenas dentro das fronteiras de cada país. Nesta luta, não há estrangeiros. Todos lutamos por uma mesma bandeira que flutua acima das nações. E essa bandeira é uma África Austral livre do terrorismo.

Juntos e de forma coordenada, sob o comando prestigiado do exército moçambicano, as forças nacionais e estrangeiras irão vencer a batalha contra o terrorismo em Moçambique. Essa vitória será nossa, será da África Austral e será do mundo inteiro.

### **ADIN e Plano de Reconstrução de Cabo Delgado**

Na estratégia de prevenção e controlo do extremismo violento, a nossa acção não se resume às medidas combativas. Em paralelo, estamos a colocar em prática programas intensivos de promoção de desenvolvimento, formação e criação de oportunidades de emprego nas províncias de Cabo Delgado, Niassa e Nampula.

Na Zona Centro, onde a Junta Militar da Renamo protagoniza actos contra a ordem pública, a situação de segurança tende a normalizar. Esta criação de normalidade deve-se, em grande medida, ao sucesso do processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR), bem como à determinação das Forças de Defesa e Segurança em defender os mais altos valores e interesses do Estado.

É também nesse contexto que a ADIN - Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte se mantém activa no terreno, implementando um amplo programa de prevenção e resiliência contra conflitos. Esse programa atinge um valor superior a 100 milhões de dólares americanos.

De igual forma, aprovámos o Plano de Reconstrução da Província de Cabo Delgado para o período 2021-2024, orçado em cerca de 300 milhões de dólares americanos.

Queremos com este Plano apoiar a recuperação das zonas afectadas através das acções de Assistência Humanitária, Recuperação de Infra-estruturas e Actividade Económica e Financeira com projetos, a curto e médio prazos.

Este Plano de Cabo Delgado tem o seu foco nas zonas onde as Forças de Defesa e Segurança expulsaram a presença terrorista.

Até ao presente momento, foram realizadas acções de impacto imediato no domínio da assistência humanitária e no domínio das infra-estruturas económicas e sociais. Estas intervenções têm estado a contribuir para a normalização das condições de vida, o retorno em segurança da população aos seus locais de origem com condições para a sua subsistência, auto-suficiência e também a retoma da actividade económica local.

## **Pandemia da COVID-19**

No ano em curso, o nosso país sofreu os efeitos de duas vagas da pandemia da COVID-19 que causou muita dor e luto nas famílias moçambicanas.

Até ao dia 15 de Dezembro, portanto, ontem, registámos 155.495 casos e 1.946 óbitos devido a esta doença.

No âmbito da resposta à pandemia, demos continuidade às acções previstas no Plano de Resposta à COVID-19, com destaque para as medidas básicas de prevenção, diagnóstico e tratamento.

Adicionalmente, em Março do ano corrente, iniciámos a vacinação contra a COVID-19.

No contexto do reforço da vigilância e diagnóstico da COVID-19, introduzimos a utilização de testes rápidos e expandimos a sua utilização para todos os distritos.

Esta acção foi baseada em evidências científicas geradas por estudos realizados no nosso país, que demonstraram um bom desempenho dos testes rápidos.

Em paralelo, expandimos a capacidade de realização de testes de PCR, criando assim condições para que este teste possa ser realizado em todas as províncias.

Pela primeira vez, adquirimos 11 sistemas de produção de oxigénio para os hospitais das capitais provinciais.

Aprovámos o Plano Nacional de Vacinação contra a COVID-19, que prevê vacinar até Dezembro de 2022, um total de 16.825.000 pessoas com idade igual ou superior a 18 anos.

Até ao presente momento, foram vacinadas, em todo o país, 7.352.996 pessoas com, pelo menos, 1 dose, das quais 4.903.643 pessoas estão completamente vacinadas, correspondendo a 43.7% e 29 % do grupo-alvo, respectivamente.

A ocorrência de uma quarta vaga da pandemia da COVID-19, a partir dos meses de Dezembro de 2021 ou Janeiro de 2022, havia sido prevista para a nossa região, incluindo o nosso país.

Esta previsão era independente da possibilidade do surgimento de novas variantes e temos, há várias semanas, estado a preparar-nos para lidar com uma 4ª vaga, dominada pela variante ómicron.

Apelamos, por isso, à calma, serenidade e cumprimento rigoroso das medidas de prevenção já conhecidas. Apelamos igualmente à adesão à vacinação massiva contra a COVID-19, em curso no nosso país, a todos os cidadãos com idade igual ou superior a 18 anos de idade ou outra idade que for anunciada.

O nosso sistema de saúde dispõe, neste momento de 22.465.529 vacinas, prevendo-se a recepção de mais 32.394.333 vacinas.

O nosso grande desafio é simples: Vacinar sim, mas prevenir sempre, contudo **é preciso vacinar**.

O Governo está a fazer a sua parte, temos agora vacinas disponíveis. Vamos todos nós vacinar contra a COVID 19. Vamos todos lutar pela vida, o nosso bem mais precioso.

## **Desastres Naturais**

Para além da pandemia, fomos assolados por **desastres naturais**. Logo no primeiro semestre de 2021, ocorreram os ciclones ELOISE e GUAMBE, que atingiram as zonas Centro e Sul do País.

Estes fenómenos afectaram mais de 575.000 pessoas, tendo provocado a morte de 76 pessoas e 113 feridos, a destruição de cerca de 59.503 casas, das quais 22.544 foram totalmente destruídas, para além da destruição de 116 casas de culto, 86 unidades sanitárias, 2.829 salas de aulas, 15 pontes e 4.079 quilómetros de estradas.

As intempéries afectaram mais de 285.000 produtores e causaram a perda de cerca de 509.000 hectares de culturas diversas em 87 distritos das províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica, Tete, Zambézia e Niassa.

Na sua missão de coordenar a gestão do risco de desastres, o INGD continuou a prestar assistência humanitária aos afectados pela seca. Bens alimentares e kits de sobrevivência foram distribuídos a cerca de 865.000 pessoas deslocadas, devido aos ataques terroristas em Cabo Delgado e na zona Centro.

Ao aproximar-se a época chuvosa, apelamos à toda a população a prestar atenção aos avisos e alertas sobre fenómenos naturais. É preciso acatar as orientações emitidas pelas entidades competentes, de modo a minimizarmos danos humanos e em infra-estruturas, devido à ocorrência destes acontecimentos extremos.

### **Digníssimos Mandatários do Povo!**

Um dos nossos legados mais preciosos é a defesa e consolidação da Unidade Nacional.

Durante o ano de 2021, continuamos determinados e empenhados na preservação da Unidade Nacional, no reforço da democracia e na defesa da pátria e soberania. Soubemos ainda valorizar a nossa maior conquista, a Independência Nacional e promovemos o espírito patriótico junto do Povo Moçambicano, em especial a juventude.

Como forma de reconhecer e valorizar os libertadores da pátria, condecorámos um total de 4.890 Veteranos da Luta de Libertação de Moçambique a nível nacional, número acima das condecorações concedidas em 2020, que se situaram em torno de 3.780 condecorações.

### **Promoção de Boa Governação**

Na promoção da boa governação com vista a melhorar a prestação dos serviços públicos, depositámos nesta Magna Casa as propostas de Leis de Revisão do Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado e da Fixação dos Critérios de Remuneração, adequando-o à demanda actual com vista a modernizar a Administração Pública.

Realizámos 92.121 actos administrativos dos quais 32.320 promoções, 42.231 progressões e 17.570 mudanças de carreira, correspondendo a uma realização total de 72,8%, valorizando a competência e incentivando o desempenho de quadros.

**Reforçámos a Integridade da Administração Pública**, tramitámos 1.199.855 petições, queixas e reclamações, relacionadas, em boa parte, com pedidos de emissão de Bilhetes de Identidade, emissão de certificados de quitação, pagamento de subsídios e pensões, alcançando uma realização de 95% das metas programadas.

Como forma de fazer observar a ética e profissionalismo aos prevaricadores instaurámos 784 processos disciplinares, que culminaram com 191 expulsões.

Em contrapartida, premiámos 1.059 Funcionários e Agentes do Estado e distinguimos 2.964, em reconhecimento do seu mérito e entrega ao trabalho, melhorando desta forma o seu desempenho.

**No combate à Corrupção**, continuamos a fortalecer as medidas para a erradicação deste mal tendo monitorado a elaboração dos Planos Sectoriais de Prevenção e Combate à Corrupção incluindo 16 Ministérios e 7 Províncias.

Deram entrada nos Gabinetes de Combate à Corrupção e Procuradorias Provinciais da República, um total de 1.079 processos, dos quais 641 estão em instrução e 438 já tiveram o seu desfecho. Do total dos processos entrados, 97%, ou seja, 1.050 são do sector público.

Relativamente ao sector privado, deram entrada um total de 29 casos dos quais, 4 estão relacionados com corrupção passiva, 21 com corrupção activa e 4 processos de tráfico de influências.

Ainda no âmbito do combate à corrupção, o nosso trabalho foi no sentido do reforço da fiscalização da legalidade dos actos administrativos na Administração Pública, tendo para o efeito sido julgados 89 dos 250 processos do Contencioso Administrativo, o que corresponde a 36% de execução face ao programado.

Igualmente, foram julgados 34 dos 71 processos do Contencioso Fiscal e Aduaneiro, para além da apreciação de 62 processos na Secção de Contas Públicas e de terem sido realizadas 118 auditorias.

No âmbito da implementação da Lei de Proibição Pública, através das Comissões de Recepção e Verificação da Procuradoria Geral da República e dos órgãos subordinados, registámos cerca de 49.525 declarações de bens, representando um aumento de 4,9% em relação ao ano anterior e um aumento em 39% acima da meta programada.

No domínio do **acesso à justiça e ao direito**, concluímos as novas instalações do Cartório do Tribunal Fiscal da Província de Gaza e da Procuradoria Provincial de Nampula, construimos os Tribunais Judiciais Distritais de Nicoadala e Dondo e expandimos o sistema de registo criminal para 21 Conservatórias, ao longo de todo o país.

Assistimos a um total de 84.377 cidadãos carenciados e aumentamos a eficiência e celeridade reduzindo a pendência processual através da consolidação do sistema informático de gestão documental e processual, tendo julgado 54.076 casos nos Tribunais Judiciais.

**Na prevenção e combate à criminalidade**, incrementámos o efectivo policial, graduando novos quadros no curso básico da Polícia da República de Moçambique, Sargentos da Polícia em ciências policiais e pela Academia de Ciências Policiais.

Reforçámos também a sua operatividade, alocando viaturas em diferentes unidades e subunidades, contribuindo para reduzir os índices de criminalidade.

No entanto, devemos declarar que lamentamos o facto do recrudescimento da criminalidade de natureza diversa e dos raptos, em particular.

O crime de **raptos** tem um impacto humano, social e económico significativo e tende a ocorrer nos grandes centros urbanos, dada a afluência de pessoas que procuram desenvolver seus negócios e outras actividades, com destaque para as Províncias de Maputo, Cidade de Maputo, Sofala e Manica.

Durante o presente ano, foram registados 13 casos de rapto no território nacional, dos quais 6 foram esclarecidos, o que resultou em 18 detidos.

Como medida de resposta, levámos a cabo e estão em curso acções visando reduzir a intensificação dos raptos e a mitigar os seus impactos, sendo de destacar:

- A criação das Brigadas especializadas de prevenção e combate ao crime de Rapto actualmente em treinamento especializado, conforme nos referimos no informe passado;
- O mapeamento e reforço do controlo de fontes potenciais de crime, com ênfase para cidadãos nacionais e estrangeiros, cadastrados, evadidos de cadeias e procurados com mandados de captura;



- Reforço da cooperação e ou coordenação com as polícias congéneres e outras agências de investigação criminal.

Contudo, mantemos o nosso pedido de maior colaboração por parte dos alvos e de seus familiares.

**No que se refere aos acidentes de viação**, no período de 01 de Janeiro a 15 de Dezembro de 2021, registámos 778 acidentes de viação causados, maioritariamente, por má travessia do peão na via pública e, às vezes, sob efeito de álcool; condução em estado de embriaguez; cruzamento e ultrapassagens irregulares.

A velocidade excessiva, que é apontada como a maior causa dos acidentes de viação, acumulou mais da metade dos sinistros registados.

Em face à situação crescente de acidentes de viação, estão em curso medidas que visam o reforço de controlo dos tempos de condução e descanso; o controlo de velocidade e fadiga dos automobilistas; e o controlo do consumo de álcool, entre outras.

Lamentamos, contudo, a persistente má consciência de alguns condutores (O HOMEM), que insistem em não cumprir as regras de trânsito que são, afinal regras de respeito pela vida humana.

**No que se refere à identificação civil**, emitimos 1.130.928 Bilhetes de Identidade dos quais, 39.467 Bilhetes de Identidade a título de subvenção a favor das populações desfavorecidas.

## **Dinâmica do Crescimento e Desempenho Macro-económico**

### **Compatriotas!**

**A nível global**, a economia continuou a ser fortemente abalada pelos efeitos do surgimento das novas variantes do coronavírus, com reflexo negativo no desempenho socio-económico. Estima-se um crescimento da economia mundial na ordem de 6%, depois de uma quebra em 2020 de cerca de (-3,3%).

Para a economia Moçambicana, a estimativa de crescimento está na ordem de 2,1%, em 2021, depois de uma queda de (-1,3%), em 2020.

No **domínio interno**, registámos do primeiro ao terceiro trimestre de 2021, um crescimento acumulado de 1,78%, sinalizando tendências de uma recuperação da actividade económica no país e projectamos um crescimento na ordem de 2,1%.

No que se refere à **inflação**, até Outubro, a variação média de 12 meses situou-se em 5,13%, registando uma tendência de ligeira aceleração.

Esta mudança decorre, em grande parte, da fraca procura, reforçada por uma postura restritiva em termos de políticas monetárias e fiscais, com maior destaque para o agravamento de preços pelas divisões de alimentação e bebidas não alcoólicas, restauração, hotelaria e cafés.

A ligeira aceleração da inflação, associada à subida global do preço dos combustíveis e de outros produtos essenciais importados, tem elevado o custo de vida dos moçambicanos. Pelo que, para minimizar o **impacto do custo de vida**, continuamos atentos à dinamização da produção e produtividade interna na agricultura e industrialização.

Vamos materializar projectos estruturantes nas áreas de energia e hidrocarbonetos para acelerar o crescimento da economia, para além de adoptar medidas que protejam sectores económicos vitais com impacto directo na vida da população.

As **Importações de bens** tiveram um registo na ordem de 3.368 milhões de dólares americanos.

As **Exportações de bens** rondaram os 2.045 milhões de dólares americanos no primeiro semestre de 2021, em resultado da fraca procura global derivada dos impactos da COVID-19.

Por seu turno, o **Saldo das Reservas Internacionais Líquidas**, até Setembro de 2021, fixou-se em 3.724 milhões de dólares americanos enquanto o das **Reservas Internacionais Brutas** foi em torno de 3.838 milhões de dólares americanos.

Esse montante é suficiente para cobrir mais de 6 meses de importações de bens e serviços, excluindo os grandes projectos.

No **domínio das finanças públicas**, até ao terceiro trimestre de 2021, alcançámos uma Receita do Estado no montante de cerca de 217.870 milhões de Meticais, correspondentes a uma realização de cerca de 82% em relação à meta anual.

A Despesa Pública foi em torno de 249.356 milhões de meticais, correspondentes a 67,7% da meta anual, com o défice de financiamento coberto com recursos internos e externos.

Continuamos a prestar atenção à **amortização do serviço da dívida**, (QUE NÃO SE CONFUNDA COM A DÍVIDA NÃO DECLARADA, MAS DAS PONTES, ESTRADAS, ÁGUA, ENERGIA, ETC), sendo que pagámos cerca de 44.122 milhões de meticais dos quais cerca de 22.920 milhões de meticais referentes à dívida interna e 21.201 milhões de meticais à dívida externa.

Está igualmente em processo o pagamento e regularização das dívidas com os fornecedores de Bens e Serviços ao Estado.

**No domínio da reforma legal**, implementámos também reformas estruturantes na melhoria do ambiente de negócios e na reestruturação do Sector Empresarial do Estado, tendo como pressupostos a sua importância estratégica social e económica, bem como a situação financeira de cada empresa.

Criámos a Zona Económica Especial de Agronegócio de Limpopo, na província de Gaza, e a Zona Económica Especial de Macaneta, na Província de Maputo, esta última orientada à atracção de novos investimentos estruturantes no sector da hotelaria e turismo.

Ainda neste âmbito, aprovámos legislação que dissolve a Empresa Moçambicana de Exploração Mineira, que extingue a Empresa Nacional de Correios de Moçambique e que autoriza a alienação total da participação do Estado na empresa Domus, S.A.

## **Desempenho Sectorial: Principais Realizações Estruturantes e de Impacto**

**Digníssimos Deputados;**

**Minhas Senhores e Meus Senhores!**

O ambiente macro-económico registado em 2021, permitiu que realizássemos várias acções estruturantes nos sectores económicos e sociais essenciais, resultando em elevados impactos directo e indirectos na vida dos moçambicanos, elevando a qualidade de vida e bem-estar.

## **Agricultura e Pecuária**

A **agricultura** continuou a ser prioridade da governação pelo que intensificámos a produção e a produtividade agrária através da massificação de investimentos, assistência ao produtor, gerando mais receitas, renda e empregos.

A agricultura, juntamente com a produção animal e a silvicultura registou um crescimento de 8.2%, contra projecções de 4,1%, colocando a agricultura na sexta posição do motor da retoma do crescimento económico em 2021.

Por forma a **induzirmos a produção e a produtividade**, lançámos o Plano de Acção da Campanha SUSTENTA, que preconiza o aprovisionamento dos insumos e outros meios de produção, monitoria e campanha de comercialização agrícola.

No **acesso ao financiamento** e no âmbito do SUSTENTA disponibilizámos cinco (5) produtos financeiros para apoio a produtores agrícolas comerciais emergentes (PACE) nomeadamente:

**Sustenta Agro** - dirigido à Pequenos Agricultores Comerciais Emergentes;

**Sustenta Bio** - dirigido apenas a projectos do Distrito de Sussundenga, ao redor da Reserva Nacional de Chimanimani;

**Sustenta Emergência** – oportunidades desenvolvidas para o financiamento a 34 empresas nacionais afectadas negativamente pela COVID-19; para além do **Sustenta Comunidade e Sustenta Jovem**.

Assim, nas **culturas alimentares**, destaca-se a produção de 2,2 milhões de toneladas de **cereais**, representando um incremento de 12% em comparação com igual período do ano transacto, impulsionado pelo crescimento da produção de arroz em 19% e o milho em 10%.

A produção de **leguminosas**, com um incremento de 8%, onde se destacam feijões, representando 10% do crescimento.

Nas **oleaginosas**, o crescimento foi de 26%, com a cultura do girassol a crescer 55%, o algodão 37%, a soja 35%, e o gergelim, como cultura revelação, cresceu 25%.

Destaca-se ainda, a produção de 2,9 milhões de toneladas de **hortícolas** com um incremento de 5%, em comparação com 2020 e 7,2 milhões de toneladas de **raízes e tubérculos**, com um incremento de 2%, com ênfase para mandioca com 6,1 milhões de toneladas.

Ainda sobre as **culturas de rendimento**, destacamos o **algodão**, onde alcançámos uma produção de 43.339 toneladas, que correspondem a um crescimento de 37%.

Na cadeia de valor de **amêndoas**, na **castanha de caju** que emprega mais de 1,4 milhões de famílias, foi possível comercializar cerca de 144.823 toneladas, maioritariamente nas Províncias de Nampula e Cabo Delgado, representando um incremento de 1% relativamente ao ano anterior de 2020.

Ainda nas amêndoas e no que respeita à **Macadâmia**, em seis províncias do país, empregando perto de 2.371 trabalhadores permanentes, produzimos cerca de 2.690 toneladas o que significou o crescimento de 157%. Exportámos 2.384 toneladas para África do Sul e China ao preço de sete dólares por quilograma.

No subsector de outras culturas, registámos um crescimento do **tabaco** a 2%, da cana de **açúcar** a 2% e do **chá** a 5%

Nas **frutas**, crescemos cerca de 44%, sendo que o impacto maior foi da **banana, papaia e abacate**, culturas de alto rendimento.

No cômputo geral, os investimentos e intervenções realizadas no sector da agricultura, permitiram a criação de cerca de 65.542 empregos, através do fomento agrícola e pecuário, maioritariamente para jovens, contribuindo para geração de renda e o bem-estar das famílias moçambicanas.

A nível do investimento público, destacamos o Programa Sustenta que teve impacto na duplicação de extensionistas, incremento do uso de fertilizantes, no emprego, nos equipamentos diversos e outros insumos agrícolas.

**No domínio da pecuária**, o crescimento global foi de 9%, e produzimos 157 mil toneladas de carnes diversas e 21,2 milhões de dúzias de ovos, o equivalente ao crescimento de 16% respectivamente.

Os ganhos na **segurança alimentar e nutricional**, foram também por inclusão no Programa de Fortificação de Alimentos, de 56 novas pequenas indústrias entre salineiras e moageiras, nas províncias da Zambézia, Sofala e Inhambane.

Melhorámos a qualidade nutricional, ao mesmo tempo que garantímos uma reserva alimentar de cerca de **12.500** toneladas de produtos diversos.

## **Pesca e Aquacultura**

No **domínio das pescas e aquacultura**, o foco foi a provisão de infra-estruturas de produção e processamento de pescado, capacitação e assistência técnica, financiamento, contribuindo para o incremento da produção e produtividade, melhoria dos níveis de segurança alimentar e nutricional e geração de receitas.

Nesta senda, lançámos e está em implementação o Projecto de Desenvolvimento da Aquacultura de Pequena Escala (PRODAPE), no valor de 49 milhões de dólares americanos.

Este projecto está orientado para a pequena indústria de aquacultura nas províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Manica e Sofala.

O projecto visa produzir **28 mil** toneladas de pescado e criar **17 mil** empregos até 2026. Encetámos esforços para aumentar a disponibilidade de pescado, construindo **326** unidades de produção aquícola das quais, **226** tanques e **100** gaiolas flutuantes, tendo repovoado **433** unidades de produção aquícola com **1.055.826** alvinos.

Em resultado dos investimentos realizados nas pescas e aquacultura, registou-se um incremento da produção do pescado, tendo alcançado um total de **323.242** toneladas de pescado correspondentes a um desempenho de 67% face ao plano anual e um crescimento de 4%, em comparação com o ano de 2020.

Nas **exportações do pescado**, alcançamos **6.114** toneladas de pescado diverso, valoradas em **34.899.000** dólares americanos.

Este valor corresponde a uma realização de 50% das metas, pese embora se tenha registado um decréscimo de 18%, em comparação com o ano de 2020, devido às restrições da COVID-19.

Importa salientar que o desempenho das exportações do pescado foi maioritariamente influenciado pelo incremento, em mais de 100%, nas exportações da lagosta, do caranguejo vivo, da tilápia de aquacultura e o aumento em 50% das exportações dos cefalópodes e da *kapenta*, com impacto no aumento de divisas.

## **Indústria e Comércio**

No **domínio da indústria**, lançámos, o “**Programa Industrializar Moçambique**”, com foco na industrialização integrada do país, dinâmica da cadeia de valor agro-industrial e mercados nacional e externo, renda e empregos.

Criámos bases para a implantar novos projectos, tramitando e aprovando **181** novos projectos de investimento no valor de **1,8 mil milhões** de dólares americanos, susceptíveis de criar **11.732** postos de trabalho.

Licenciámos 118 estabelecimentos industriais entre micro, pequena, média e grande dimensão, com um valor de investimento de cerca de 41,4 mil milhões de meticais que contribuíram para a criação de 1.637 novos postos de trabalho.

Destacamos a **nova Fábrica de Cervejas 2M** em Marracuene, contando com mais de 200 trabalhadores; a **Dugongo Cimentos**, em Matutuíne, empregando um total de 350 trabalhadores; a **Fábrica Beleza Moçambique**, no Parque Industrial de Beluluane, que criou até à data 2.992 postos de emprego, do total de 5.000 previstos; a **Indústria de Processamento Agrobusiness**, no distrito de Malema, para o processamento de cereais com potencial para criar 90.000 empregos entre directos e indirectos; a **revitalização da Indústria Cometal Mometal**, no posto administrativo da Machava, tendo gerado 150 postos de emprego fixos e 30 flutuantes; o **investimento em pavilhões para produção de frango**, no posto administrativo de Mafavuka, em Namaacha, podendo gerar 50 postos de emprego local directos e 150 indirectos; entre outros empreendimentos ao longo de todo o país.

Ainda no que se refere à Agro-indústria, já está a operar a unidade de processamento de gergelim, em Nacala, província de Nampula; a unidade de processamento de carnes vermelhas em Inhambane; em operacionalização o complexo industrial do Chókwe para o descasque do arroz e em instalação da unidade de processamento de banana, no distrito da Moamba.

Em resultados das intervenções feitas, registámos uma produção industrial global de 77,8 mil milhões de meticais, correspondente a um crescimento de 12% em relação ao ano 2020, com maior contribuição da indústria transformadora em 8%.

No **domínio do comércio**, conseguimos expandir a Plataforma Electrónica de Licenciamentos (e-BAU), para mais seis (6) distritos, designadamente, Balama, Chiúre, Caia, Nhamatanda, Mabote e Zavala, facilitando o processo de licenciamento comercial de empresas.

Nestes termos, licenciamos 13.559 estabelecimentos comerciais correspondente a um crescimento de 39,7%, tendo igualmente licenciado 1.336 operadores de comércio externo.

Por outro lado, temos estado empenhados no aumento da capacidade de captação de excedentes agrícolas, armazenamento, conservação e constituição da Reserva Alimentar.

Para o efeito, aprovámos e está em implementação o modelo de parceria público-privada para gestão e operacionalização de 7 complexos de silos e armazéns, com a capacidade global de 75.000 toneladas, e construímos um (1) e reabilitámos cinco (5) armazéns com capacidade global para 9.900 toneladas, nas províncias da Zambézia e de Gaza.

## **Turismo**

No **turismo**, um dos sectores mais afectados pela pandemia da COVID-19, continuamos a estimular investimentos para o turismo de lazer e de negócio, contribuindo para tornar Moçambique num destino turístico de excelência.

Durante este período licenciámos 46 novos empreendimentos turísticos de alojamento de uma a três estrelas e um empreendimento turístico de quatro a cinco estrelas, aumentando a oferta de camas e empregos.

Moçambique foi eleito para o Conselho Executivo da Organização Mundial do Turismo e tem sido destacado nos *media* internacional como um dos destinos preferenciais, sendo de realçar Santorini Mozambique, no Top 10 dos hotéis do mundo pela TripAdvisor 2021 e o Arquipélago de Bazaruto, como o melhor conjunto de ilhas de África e do Oceano Índico, pela Condé Nast Traveller 2021.



É com satisfação que tomámos conhecimento que a National Geographic seleccionou o Parque Nacional de Chimanimani como um dos 25 destinos imperdíveis para o ano 2022, um destino que corporiza o nosso compromisso com o ambiente.

## **Energia**

No **domínio da energia eléctrica**, as realizações foram enormes.

Empenhámo-nos na promoção de mais investimento público e privado de expansão e reforço das infra-estruturas eléctricas para o aumento da capacidade de geração e distribuição de energia a nível nacional, para estimular o desenvolvimento industrial e a economia.

Uma das nossas apostas era o incremento de 650 Megawatts de capacidade de geração de energia e a implantação dos primeiros 750 quilómetros da nova “Espinha Dorsal de Alta Tensão”, interligando o Sistema de Transporte Norte ao Sul do país.

Assim, **no quadro do reforço da geração de energia eléctrica**, retomámos o desenvolvimento do projecto Hidroeléctrico de Mphanda Nkuwa com a liderança da EDM e da HCB, criando, para tal, um Gabinete que se dedica exclusivamente à sua implementação.

Assinámos os Acordos Comerciais, como um marco importante para o arranque das obras de construção da Central Térmica de Temane que irá adicionar 450 Megawatts de geração de energia eléctrica no Sistema Eléctrico Nacional.

Testemunhámos o arranque das obras de construção da Linha de Transporte de Energia Temane-Maputo, com 400 kV, numa extensão de 563 quilómetros, que inclui a construção de Subestações de Vilankulos, Chibuto e Marracuene, com capacidade total de 700 MVA.

Estas obras irão garantir a interligação com os países da Região, através do Sistema de Transporte Sul, ligado à Rede Eléctrica da África do Sul, viabilizando dessa forma o objectivo estratégico de posicionar Moçambique como Pólo Regional de Geração de Energia.

Adicionámos uma capacidade de transformação total de 605 MVA, na Região Sul dos quais, 530 MVA na Província de Maputo e 75 MVA, na Província de Gaza, e uma capacidade de transformação de 60 MVA, na Região Norte sendo, 50 MVA, em Tete, 10 MVA, em Manica e 35 MVA, em Niassa, reforçando a Rede do Sistema Eléctrico Nacional.

**No quadro da diversificação da Matriz Energética**, estamos firmes no compromisso de contribuir para um planeta livre de emissões de Dióxido de Carbono.

Procedemos à assinatura dos Acordos Comerciais para a implantação das centrais com recurso a fontes renováveis, de Cuamba (30MW) e de Mecúfi (20MW), adicionando uma capacidade de 50MW à Rede Eléctrica Nacional.

Estão numa fase conclusiva, as obras de construção da Central Solar de Metoro (30MW), que se apresenta também como um marco por se tratar da primeira central de produção em escala a ser implantada em Cabo Delgado. Prevê-se o início da operação desta Central em Janeiro de 2022, aumentando a disponibilidade de energia nas províncias de Cabo Delgado e Nampula.

Concluimos a electrificação de **9** Sedes de Postos Administrativos, via Rede Eléctrica Nacional.

**Nas energias renováveis**, electrificámos 5 sedes de Postos Administrativos: Matchedje, em Sanga; Zimane, em Mabote; Alto Changane e Changanine, em Chibuto e Ilha de Inhambane, em Inhambane.

Instalámos, em regime piloto, o sistema de irrigação solar em um campo agrícola da Associação Mulheres Tlawene, em Chókwe. Em simultâneo adoptámos sistemas solares residenciais complementando o modelo híbrido da electrificação fora da rede eléctrica nacional, em parceria com o sector privado, beneficiando mais de 34.207 famílias.

Como se pode constatar, sendo no total 22, num universo de 135 postos administrativos a serem electrificadas no quinquénio 2020-2024. Nestas estatísticas, poderão ainda adicionar-se, até ao fim do ano, mais 12 Postos Administrativos, perfazendo um total de 34 postos administrativos.

Os investimentos realizados na área de energia eléctrica, permitiram o estabelecimento de mais de 191.000 novas ligações nas áreas urbanas, peri-urbanas e rurais, garantindo que cerca de 850.000 pessoas tivessem acesso à energia eléctrica pela primeira vez, elevando a Taxa de Acesso Doméstico a Energia para 42%.

**No que diz respeito aos Hidrocarbonetos**, um marco assinalável é a conclusão da plataforma flutuante Coral Sul FLNG, que vai produzir e liquefazer gás natural da Área 4 da

Bacia do Rovuma. Deve ser dito que este projecto é o primeiro desta dimensão a nível de África e, é o primeiro com localização em águas profundas, a nível mundial.

Esta plataforma partiu da Coreia do Sul no dia 15 de Novembro prevendo-se a sua chegada em Janeiro de 2022. O início da produção deve ocorrer ainda em 2022. Demos passos assinaláveis com o arranque da construção das infra-estruturas do projecto que vai permitir a produção de 23 petajoules de gás natural, destinados à geração de energia eléctrica, através do projecto da Central Térmica de Temane.

O projecto garante a produção de 30.000 toneladas, por ano, de gás de cozinha para o mercado nacional, reduzindo importações, poupando divisas, melhorando receitas e o meio ambiente, concomitante com a produção diária de 4.000 barris de petróleo leve para exportação.

A estas realizações, também vão-se acrescer os ganhos que virão do Centro de Enchimento de Garrafas de Gás de Cozinha no distrito de Anchilo, em Nampula, cujas obras de construção já iniciaram, tendo já sido encomendadas 50.000 botijas de 3 a 6 quilogramas e acessórios, bem como 30.000 fogões de duas bocas de baixo custo, numa fase inicial.

**Quanto aos combustíveis**, construímos 27 postos de abastecimento, dos quais 10 pelo Governo, através do Programa de Incentivo Geográfico e os restantes 17 pelo sector privado, totalizando 660 a nível nacional.

Assegurámos a construção da instalação de manuseamento e armazenamento de combustíveis no Terminal Oceânico da Matola, com a capacidade de 60.000 metros cúbicos para combustíveis líquidos e 6.000 metros cúbicos para GPL.

Incrementaremos, deste modo, a capacidade de armazenagem em 1,2 milhões de metros cúbicos de combustíveis líquidos e 21,9 mil metros cúbicos de gás de cozinha.

**No que diz respeito aos recursos minerais**, aderimos ao processo **Kimberley**, uma vitória que deve ser celebrada, por ser um ganho há muito esperado.

Este processo permite um controle e certificação da nossa produção de acordo com os padrões mundialmente consagrados.

Iniciámos o funcionamento da Unidade de Gestão do Processo Kimberley, assegurando que as exportações de metais preciosos, gemas, entre outros produtos minerais, sejam realizadas mediante avaliação, certificação, valor e quantidades declaradas.

No quadro deste processo, intensificámos as actividades de rastreio da produção, comercialização e exportação.

Introduzimos o Certificado de Origem para exportação destes minerais. Verificámos ainda o aumento no registo de produção de ouro para mais de 600 quilogramas anuais e a catalogação de 13 minerais que não entravam nas estatísticas de produção do país.

## **Transportes e Comunicações**

**Nos transportes e comunicações**, promovemos acções estratégicas de melhoria do sistema de transporte rodoviário, ferro-portuário, aéreo, marítimo, para além de intervenções nas telecomunicações, serviços postais e meteorológicos.

Assim, **no transporte público urbano**, adquirimos, por um lado, oitenta (80) autocarros movidos a gás para área metropolitana de Maputo, tendo sido terminado em Novembro o processo de fabrico e com perspectiva de sua recepção nos finais de Janeiro do próximo de 2022.

Por outro lado, adquirimos 20 autocarros movidos a diesel para outras províncias do país, estando ainda em processo de fabrico desde o presente mês de Dezembro e com previsão de chegada ao país em princípios do mês de Março do ano de 2022.

No **transporte ferro-portuário**, através da empresa CFM – Caminhos de Ferro de Mocambique, adquirimos quatro locomotivas e 300 vagões.

Reabilitámos 109 quilómetros da linha férrea de Machipanda, numa extensão programada de 158 quilómetros, e iniciámos a primeira fase das obras de reabilitação da linha de Ressano Garcia via dupla, Matola Gare-Moamba.

Desta forma, contribuimos para a redução do tempo de viagem, maior comodidade dos passageiros e aumento da capacidade de carga.

Encontram-se na fase conclusiva, os trabalhos de infra-estrutura e super-estrutura do ramal da linha férrea de Sena - Vila Nova da Fronteira, importante via para o restabelecimento da ligação ferroviária com o Malawi.

A conclusão destas obras terá um impacto directo na expansão do transporte ferroviário de carga e passageiros, ao mesmo tempo que se acelera a conectividade ao nível dos países da SADC.

Iniciámos a reabilitação da fase II do Porto de Nacala, na província de Nampula sendo que com a sua finalização iremos expandir a capacidade logística de contentores e combustíveis.

Ainda, nos esforços da modernização de sinalização portuária, instalámos 7 boiás com sistema de monitorização ao longo do canal de acesso ao Porto de Nacala, bem como outras 27 boias ao longo do canal de acesso ao Porto da Beira.

**No que respeita ao transporte aéreo**, foi concluído e inaugurado o Aeroporto de raiz na província de Gaza, dimensionado para 220.000 passageiros por ano, podendo garantir ligações aéreas comerciais inter-provinciais e regional.

Trata-se de uma obra que resulta de um donativo do Governo Chinês ao Povo Moçambicano, sem qualquer tipo de contrapartida e que vai dinamizar a economia local, alavancar o turismo e responder às necessidades de transporte aéreo de pessoas e bens dos vários projectos que estão a ocorrer na Província de Gaza.

Este aeroporto poderá servir, igualmente, de um *hub* alternativo ao Aeroporto Internacional de Mavalane, por se encontrar a cerca de 200 km de distância desta infra-estrutura, uma distância semelhante aos portos de Beira e Chimoio ou de Nacala e Nampula.

**No transporte marítimo**, está em curso o processo de consolidação da cabotagem marítima relançada no ano de 2020. Esta é uma área que continua desafiante. De Julho de 2020 a Setembro de 2021, foram transportadas mais de **15.000** Toneladas de carga diversa, incluindo a destinada aos projectos de gás natural liquefeito de Palma.

Por outro lado, está em progresso a dragagem do canal de acesso ao porto de Quelimane, que vai aumentar a capacidade de profundidade de 3 metros para 6 metros, e permitirá que o Porto de Quelimane receba navios de maior porte que operam ao longo da costa moçambicana.

**No domínio das comunicações**, expandimos os serviços de 4 Geração para 26 sedes distritais e 15 Postos Administrativos, permitindo o acesso de internet gratuita e de alta velocidade.

Decorre a implementação do Projecto da Migração da Televisão Analógica para a Digital, tendo sido inaugurado o Centro de Televisão Digital da Televisão de Moçambique na Cidade de Maputo, os estúdios de Lichinga, Pemba, Inhambane, Xai-Xai, Matola, Tete, Quelimane, Chimoio e Nampula.

Deste conjunto de acções, resultará o aumento da qualidade e cobertura de televisão em 30%, perfazendo um universo de 70% da população.

### **Estradas e Pontes**

**No domínio das estradas e pontes**, priorizámos o desenvolvimento de infra-estruturas que ligam às zonas de grande potencial agrícola, bem como os principais Corredores de Desenvolvimento, por forma a dinamizar a produção, comercialização e a economia no geral.

Assim, **na Província do Niassa** asfaltámos 138 quilómetros da estrada Cuamba-Muíta, no âmbito do desenvolvimento do Corredor de Nacala, permitindo a ligação entre as zonas de produção localizadas ao longo do corredor e as zonas de consumo, como Cidades de Nampula, Cuamba e Lichinga. Desta forma, se assegurará a ligação com a República do Malawi para o escoamento de mercadorias através do Porto de Nacala.

**Na Província de Cabo Delgado**, terminámos as obras de asfaltagem da estrada Montepuez-Ruaça numa extensão de 135 quilómetros, que vai facilitar a ligação entre as duas capitais provinciais, Lichinga e Pemba, bem como o escoamento de produtos e o desenvolvimento local.

Ao ligar a província do Niassa ao porto de Pemba ou alternativa para o Porto de Nacala, contribuirá também para estimular as exportações e importações de bens essenciais com custos favoráveis de transporte.

Estamos a prosseguir com a asfaltagem da estrada Roma-Negomano, numa extensão de 70 quilómetros. Esta beneficiação permitirá a ligação com a República Unida da Tanzânia, favorecendo o comércio transfronteiriço e regional.

Preparamos a retoma da estrada Mueda – Xitasse interrompida devido a acção terrorista.

Ainda em Cabo Delgado, construímos três pontes metálicas, uma sobre o Rio Montepuez, na estrada Sunate-Macomia-Oasse, e duas sobre os rios Namikoe e Nihiro, respectivamente, na estrada Montepuez-Nairoto-Mueda, ligando a zona centro e norte de Cabo Delgado com o resto do país.

Estas obras estimularão a economia local entre os distritos de Macomia, Muidumbe, Mueda, Nangade, Mocímboa da Praia, Palma e a República da Tanzânia.

Decorre a construção de uma ponte metálica sobre o Rio Messalo e paralela à actual ponte, na estrada Montepuez-Nairoto-Mueda, para pôr termo à situação de intransitabilidade no período chuvoso com o aumento do caudal e subida das águas.

### **Senhores Deputados!**

As realizações foram numerosas e distribuem-se por áreas bastante diversas da vida nacional. Por isso, peço a vossa paciência para que possam acompanhar esta enunciação dos resultados alcançados. Não estamos a falar de números. Estamos a falar da vida dos moçambicanos.

**Nas Províncias de Nampula e Niassa**, decorrem as obras da asfaltagem da estrada Malema-Cuamba, integradas no desenvolvimento do Corredor de Nacala e as obras de reabilitação de estradas rurais numa extensão de 627,3 quilómetros nos distritos de Eráti, Mossuril, Mongicual, Memba e Monapo. Estas obras facilitarão a circulação de pessoas e escoamento dos excedentes agrícolas e pesqueiros.

Ainda em Nampula, concluímos a montagem de duas pontes, em estrutura metálica e estratégicas sobre os rios Nacala e Muendaze, ligando Memba, Mazua, Chipeme e Posto Lúrio, e decorrem, a bom ritmo, as obras da asfaltagem da estrada Naguema-Chocas Mar, que vão impulsionar o turismo e agricultura.

**Na Província da Zambézia**, concluímos as obras de construção da ponte, em estrutura metálica, sobre o rio Licungo, em Malei, na estrada Malei-Maganja da Costa-Pebane, que reduz o percurso da ligação entre a capital provincial e os distritos de Maganja da Costa, Mocubela e Pebane.

Esta infra-estrutura vai impulsionar substancialmente a actividade agrícola, pesqueira, turismo e vai incrementar a renda familiar.

Decorrem igualmente as obras de reabilitação de estradas rurais, numa extensão de 769 quilómetros, nos distritos de Lugela, Maganja da Costa, Mocubela Pebane, Morrumbala, Luabo e Chinde para dinamizar a economia local.

**Na Província de Tete**, está em curso a manutenção periódica de 269 quilómetros da estrada Matema-Cassacatiza, cujos trabalhos da primeira fase abrangem uma extensão de 135 quilómetros, sendo de capital importância na ligação com os países do interior e a ligação com as Cidades de Tete, Chimoio e o porto da Beira, através da Estrada N6, facilitando a circulação de pessoas e bens.

**Na Província de Manica**, estão na fase conclusiva as obras de manutenção periódica da estrada N7, troço Vandúzi-Rio Púngue, numa extensão de 60 quilómetros e Guro-Rio Luenha, numa extensão de 72 quilómetros, que facilitarão a mobilidade nas províncias de Manica, Tete e ligação com países como o Zimbabwe, Malawi e Zâmbia.

**Na Província de Sofala**, prosseguimos com as obras de asfaltagem de 134 quilómetros da estrada Tica-Búzi-Nova Sofala, que incluem a construção de uma ponte sobre o rio Búzi, via determinante no escoamento da produção agrícola e pesqueira para grandes mercados e centros de consumo.

**Na Província de Inhambane**, decorrem as obras de construção da nova ponte sobre o rio Save e da reabilitação da antiga ponte, intervenções que promovem a integração territorial, ao permitir a ligação entre o Sul e o Centro de Moçambique através da Estrada Número 1.

Tendo em conta a importância inquestionável da Estrada Nacional N1, o Governo encontra-se a finalizar a mobilização de 600 milhões de dólares americanos para a reabilitação profunda de cerca de 1.200 quilómetros nas províncias de Inhambane, Sofala, Zâmbia, Nampula e Cabo Delgado.

A primeira fase deste financiamento irá iniciar no próximo ano, com o troço Inchope-Gorongosa-Caia.

Enquanto isso, na Província de Inhambane, concluímos as obras da manutenção periódica da Estrada Nacional N1, no troço entre Pambara-Mangungume numa extensão de 35



quilómetros e prosseguem as obras de manutenção periódica no troço Mangungumete – Rio Save, em secções críticas.

Em Sofala, decorrem as manutenções periódicas no troço entre Inchope-Gorongosa-Caia, em secções críticas da estrada, e está em curso a contratação do empreiteiro para intervir também no troço Rio Save–Muxúngue–Inchope, visando melhorar a sua transitabilidade.

**Na Província de Gaza**, concluímos a reabilitação da ponte sobre o rio Limpopo, em Xai-Xai, que garante a transitabilidade cómoda e segura.

Concluimos igualmente as obras de asfaltagem da estrada Caniçado-Combumune-Mapai numa extensão de 190 quilómetros e que potencia o incremento do comércio transfronteiriço e a actividade turística, com incidência nos parques nacionais de Banhine e Limpopo.

Com estas obras, fica concluída a ligação da estrada, de Caniçado a Chicualacuala.

**Na província de Maputo**, concluímos as obras da construção do nó de Tchumene, ligando a Estrada Circular de Maputo e a Estrada N4, melhorando a ligação entre as Cidades da Matola e Maputo, a mobilidade urbana no grande Maputo e o tráfego de e para a África do Sul.

### **Abastecimento de Água e Saneamento**

**Respeitados deputados!** Há quem nos apelida de “*governo de abastecimento de água*”, por causa do nosso foco na criação de infraestrutura de captação de distribuição de água. Essa designação tem razão de ser. Senão vejamos:

No **domínio do abastecimento de água**, construimos e disponibilizamos infra-estruturas, a nível nacional, garantindo o contínuo aumento do acesso a água e saneamento para as populações nas zonas rurais.

As intervenções feitas no acesso aos serviços de abastecimento de água possibilitaram que o acesso à água potável passasse de 19,1 milhões de pessoas, em 2020, para 20,3 milhões de pessoas, em 2021, e o acesso ao saneamento de 12,5 milhões de pessoas para 12,9 milhões de pessoas.

A título de exemplo, destacamos, **na Província e Cidade de Maputo**, a conclusão da Estação de Tratamento de Água de Sabié com capacidade de produção de 60.000 metros cúbicos e sua linha de transporte de quase 100 quilómetros até ao Bairro da Machava.

Os sistemas de abastecimento de água de Ponta de Ouro, Ressano Garcia, Catembe-Ntsime, Machubo e Macandza que beneficiarão, numa primeira fase, 565.000 pessoas.

**Na Província de Gaza**, concluímos a reabilitação e expansão dos sistemas de abastecimento de água de Macavene Banga, Mukatchana, Siqueto-Sede, Changanine Hate-Hate, Mapai Rio e Chicualacuala, que estão a beneficiar a mais de 25.000 pessoas adicionais.

**Na Província de Inhambane**, concluímos os sistemas de abastecimento de água de Funhalouro e Mapinhane que estão a beneficiar mais de 15.000 pessoas.

Destacamos, **na Província de Sofala**, a conclusão dos sistemas de abastecimento de água de Inhaminga, Maríngué e a reabilitação dos sistemas de abastecimento de água de Savane e Nhangáú que estão a beneficiar mais de 9.000 pessoas.

**Na Província da Zambézia**, destacamos a conclusão dos sistemas de abastecimento de água de Êrrego, Muakiua e Mepuaguia que estão a beneficiar cerca de 10.000 pessoas.

Concluimos, **na Província de Nampula**, os sistemas de abastecimento de água de Muacone Serração, Quixaxe, Napai-Namialo, Cazuzo e Umuato que estão a beneficiar a mais de 15.000 pessoas.

**Na Província de Cabo Delgado**, concluímos os sistemas de abastecimento de água de Quionga, Meza, Negomano, Namweto e Mazeze que estão a beneficiar mais de 12.000 pessoas.

Estabelecemos 18.233 ligações domiciliárias nas cidades e vilas que estão a beneficiar cerca de 97.000 pessoas.

**Sobre as fontes de água**, construimos de raiz 358 e reabilitámos 381 fontes, que estão a beneficiar adicionalmente e cumulativamente 221.000 pessoas em todo território nacional.

Como se pode constatar, as infra-estruturas de água decorrem em paralelo com as de energia, estradas, pontes e mais.

Tudo isto estamos realizando, sem que nenhum constrangimento nos faça parar!

## **Gestão de Recursos Hídricos**

Nos **recursos hídricos**, concluímos as obras de construção da Barragem de Gorongosa, na Província de Sofala, assegurando o acesso à água a cerca de 40.000 pessoas.

Esta barragem incrementa o volume de água disponível, potenciando o desenvolvimento de actividades económicas ao longo da albufeira.

Estamos a registar avanços nos acordos de partilha das bacias hidrográficas internacionais com as Repúblicas da África do Sul, do Botswana, Reino de Eswatini e com a República do Zimbabwe, com vista a assegurar a disponibilidade de água no território nacional para a satisfação das necessidades sociais, económicas e ambientais.

Estas acções irão contribuir para a gestão dos impactos das alterações climáticas, melhorando a gestão de cheias e das secas em território nacional.

## **Habitação**

Na habitação, não obstante a maior procura, progredimos muito nos últimos anos.

Temos vindo a promover a habitação condigna a nível nacional, no quadro do programa **“Habita Moçambique”** e projectos de operacionalização **“Renascer, Melhoria, Conjuntos Habitacionais e Talhão Infra-estruturado”** sendo que, disponibilizamos 482 casas, estando em curso obras de 612 e em licitação de empreitada cerca de 232 casas.

Reconhecemos que ainda estamos aquém das necessidades, mas a locomotiva já arrancou e acreditamos que irá ganhar a devida velocidade nos períodos que se seguem.

## **Emprego, Legalidade Laboral e Segurança Social**

No domínio do **emprego**, aprovámos, em Fevereiro, o Plano de Acção da Política de Emprego (2021-2024), cujo objectivo é promover a criação de emprego, empregabilidade e sustentabilidade do emprego, contribuindo para o desenvolvimento económico e social do país e bem-estar dos moçambicanos.

À luz deste plano, foram registados 230.981 novos postos de trabalho, dos quais 92.193 são permanentes, isto é, resultantes de contratos de trabalho por tempo indeterminado e 138.788 temporários.

Dos postos de trabalho temporários, 79.978 são sazonais, decorrentes de serviços não permanentes, realizados nas açucareiras e unidades de plantio e 58.810 são ocasionais.

Lançámos, o Programa EMPREGA, uma iniciativa que conta com um investimento de 27,5 milhões de dólares americanos, visando financiar jovens empreendedores e gerar mais de 50.000 postos de trabalho em cinco anos.

120.000 jovens beneficiarão de bolsas de Formação Profissional de curta duração, para além da atribuição de subvenção para formalização de negócios e aquisição de insumos iniciais para os 4.000 melhores bolseiros.

Quanto à **legalidade laboral**, privilegiámos a consolidação e a resolução extra-judicial de conflitos laborais, alcançando 5.028 casos mediados com sucesso, o equivalente a cerca de 85,5% dos casos totais submetidos, e pagamento de indemnizações e salários no valor de cerca de 65,4 milhões de meticais, para 4.048 trabalhadores.

**No que tange à segurança social**, continuamos a expandir os serviços, tendo inaugurado as instalações das delegações distritais do Instituto Nacional de Segurança Social de Matutuine e de Angónia, nas províncias de Maputo e Tete, respectivamente.

Registámos 11.853 contribuintes, possibilitando que 65.803 trabalhadores por conta de outrem se beneficiem das prestações da Segurança Social Obrigatória.

Inscrevemos 6.479 novos trabalhadores por conta própria à Segurança Social Obrigatória, assegurando a sua subsistência em caso de perda ou diminuição de capacidade para o trabalho e velhice.

Na **previdência social**, em resultado da articulação com as autoridades sul-africanas, logramos localizar 1.593 beneficiários de compensações por doenças ocupacionais e espólios, tendo sido pagos cerca de 160,2 milhões de *rands*, o equivalente a cerca de 800,9 milhões de meticais, valor que está a dinamizar as economias locais.

Assegurámos o perdão das multas e redução dos juros de mora ao sector privado em dificuldades financeiras devido à COVID-19, tendo sido remetidos um total de 5.407 requerimentos no valor global de cerca de 757,8 milhões de meticais.

## **Desenvolvimento do Capital Humano e Justiça Social**

No **domínio da educação geral**, continuamos empenhados na expansão da rede escolar e criação de condições para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

Na **expansão da rede escolar** registámos um crescimento em 0,6% da rede escolar do ensino primário público do primeiro grau, que atingiu 13.006 escolas em 2021, o equivalente a 77 novas escolas. Registámos também um crescimento em 10,9% da rede escolar privada do ensino primário do primeiro grau, que evoluiu para 295 escolas em 2021, o que reflecte 29 novas escolas.

Incrementamos em 1,6% a rede escolar do ensino secundário público do primeiro grau, que passou de 612 escolas, em 2020, para 622 escolas, em 2021, o equivalente a 10 novas escolas. Entretanto, a rede escolar do ensino secundário privado do primeiro grau atingiu 150 escolas em 2021, adicionando 21 novas escolas, representando uma evolução em 16,3%.

Registámos um incremento de 15%, de salas de aulas, tendo sido concluídas 504 novas salas de aulas e reabilitadas 784 para o ensino primário, beneficiando cerca de 19.000 alunos deste nível de ensino.

O número de alunos matriculados evoluiu de 8.590.999 alunos em 2020, para 8.611.958 alunos, em 2021, o equivalente a um aumento de 0,2%.

Inscrevemos nos Programas de Ensino Secundário a Distância (PESD 1 e PESD 2), 47.656 alunos contra 46.851 alunos planificados, uma realização de 102% e acima da meta planificada e um crescimento de 9,2% em relação ao ano de 2020.

Contratamos 8.220 professores dos 8.840 previstos, sendo 7.730 do Ensino Primário e 490 do Ensino Secundário, o equivalente a 92,9% e 100% da meta anual, respectivamente, e um incremento de 2,3% quando comparado com o ano de 2020, beneficiando um universo de 566 mil alunos.

Adquirimos e distribuímos gratuitamente 19.384.980 livros para as escolas primárias, e alocamos 17.434 carteiras escolares, o correspondente a uma realização de 91% e 56,7% da meta anual, respectivamente, assegurando condições básicas do ensino e a aprendizagem.

Continuamos a estimular a oferta de programas na área de Alfabetização e Educação Não Formal, sendo que contratámos e alocámos 8.668 alfabetizadores, o correspondente a 82% do plano anual, beneficiando mais de 216.000 alfabetizados a nível nacional.

A taxa de analfabetismo reduziu de 44.90% em 2015 para 39.90% em 2021.

### **Ensino e Formação Técnico-Profissional**

No domínio do ensino técnico e profissional, priorizámos o saber-fazer, o emprego, o auto-emprego e a investigação científica, visando criar focos de desenvolvimento.

Nesta senda, através da Iniciativa Centros de Referência do Ensino Técnico Profissional (PROCREF) iniciámos a transformação de 6 (seis) institutos de nível médio em Centros de Referência que tornarão a educação técnica profissional um percurso formativo cada vez mais atractivo para os jovens.

Relançámos os Institutos de Formação em Administração Pública para a graduação de nível Técnico Médio Profissional em conformidade com o novo modelo formativo, baseado em padrões de competências e Quadro Nacional de Qualificações Profissionais.

À luz deste novo figurino, matriculámos no ano lectivo de 2021, cerca de 450 educandos nos Institutos de Formação em Administração Pública de Lichinga, da Beira e da Matola.

Aprovámos o Regulamento de Reconhecimento de Competências Adquiridas, como forma de validar e reconhecer a experiência e habilidades profissionais adquiridas na vida prática, criando condições para a certificação de profissionais e inserção no mercado de trabalho.

Recrutamos 200 formadores, correspondentes a uma realização de 100% da meta planificada e matriculámos, nas 56 Instituições de Ensino Técnico Profissional Públicas, 91.248 formandos e recrutámos 177 formadores, alcançando 92% e 88,5% da meta planificada, respectivamente.

## **Ensino Superior**

Continuamos a expandir o **Ensino Superior**, tendo sido criadas oito (8) novas instituições com capacidade conjunta para 960 estudantes numa primeira fase.

Foram acreditados 52 cursos ministrados nas Instituições do Ensino Superior e 10 Programas de Pós-Graduação, entre os quais dois doutoramentos e oito mestrados, conferindo a qualidade e qualificação dos docentes do Ensino Superior e o acesso a educação superior de qualidade.

Concedemos um total de 1.424 bolsas de estudo das quais 1.214 bolsas para o nível de Licenciatura, 119 bolsas para o nível de mestrado e noventa e uma (91) bolsas para o nível de doutoramento, contribuindo para a formação de mais moçambicanos em diferentes áreas de conhecimento e especialidade.

## **Saúde**

**No domínio da saúde**, empenhamo-nos na expansão da rede sanitária, fortalecimento do Serviço Nacional de Saúde, melhoria nos serviços de saúde sexual e reprodutiva, saúde materna e infantil, para além da minimização do impacto das grandes endemias e das doenças negligenciadas.

**Na expansão da rede sanitária**, passamos de 1.739 unidades, em 2020, para 1.770 unidades, em 2021, aumentando a oferta e aproximando os serviços e cuidados de saúde para a população.

Queremos destacar a entrada em funcionamento do Hospital Distrital de Jangamo, na Província de Inhambane, a conclusão das obras de construção do Centro de Saúde da Matola Santos, no Distrito da Matola, a inauguração do Centro de Saúde de Matsequenha, no distrito de Moamba, na Província de Maputo, e a conclusão da construção do Centro de Saúde de Nhabanga-Limpopo, na Província de Gaza.

**Na Província de Sofala**, concluímos a requalificação do Centro de Saúde Rural de Divinhe, no distrito de Machanga; construímos os Centros de Saúde de Palame, no distrito de Maríngue; Canda, no distrito de Gorongosa; e reabilitámos, após o Ciclone IDAI, os Centros

de Saúde de Cerâmica e Canhandula, no distrito de Dondo; Nhangau e Posto de Saúde de Chamba, na Cidade da Beira.

De igual forma, reabilitámos e ampliámos o Serviço de Neonatologia do Hospital Central da Beira e entraram em funcionamento os Centros de Saúde de Nhampuepua e Mandruze, no distrito de Dondo, e Nhamapaza, no distrito de Marínguè, que já beneficiam às populações.

**Na Província de Manica**, construímos os Centros de Saúde de Muchenese e Machir, no distrito de Sussundenga e, Nhacatale, no distrito de Guro.

Destacamos, **na Província de Tete**, a entrada em funcionamento dos Centros de Saúde nº 2, no Bairro Matundo, na Cidade de Tete, Centros de Saúde de Salima, no distrito de Dôa; Canjanda e Canceta, na Cidade de Tete; e a conclusão da construção dos Centros de Saúde de Lizulu, no distrito de Angónia; Madzimaera, Mboza e Chividzi, no Distrito de Tsangano.

**Na Província da Zambézia**, entraram em funcionamento os Centros de Saúde de Irregone, no distrito de Quelimane, e Ueleta, no distrito de Alto Molócuè, sendo que, em **Cabo Delgado**, concluímos o bloco operatório do Centro de Saúde de Namuno, no distrito do mesmo nome.

No contexto da emergência, na Província de Cabo Delgado, alocámos ainda um barco ambulância para a Ilha do Ibo; quatro clínicas móveis, sendo que uma tem capacidade cirúrgica, e um bloco operatório.

Entraram em funcionamento os armazéns intermediários de medicamentos de Chimoio, em Manica, e de Mocuba, na Zambézia, e concluímos as obras dos armazéns intermediários do Ile e Mopeia, na Zambézia, melhorando a logística de medicamentos.

Concluímos as obras dos Laboratórios de Biologia Molecular no Hospital Provincial da Matola e do Hospital Provincial de Inhambane.

Inaugurámos o Laboratório de Saúde Pública de Sofala e entrou em funcionamento o Laboratório do Hospital Geral de Quelimane, incrementando assim a capacidade de testagem laboratorial.

Alocámos 3.817 novos profissionais de saúde dos quais, 205 Médicos de Clínica Geral, 130 Técnicos Superiores de Saúde, 3.079 Técnicos de Saúde; 335 Serventes de Unidades



Sanitárias, 68 Motoristas de Ambulância para além de 36 Médicos Especialistas moçambicanos em diferentes áreas.

Foram, ainda, alocadas 59 ambulâncias, reduzindo gradualmente o défice de recursos humanos e meios.

**Na saúde sexual e reprodutiva e na saúde materna e infantil**, incrementámos os partos institucionais em 6,4% em relação ao ano de 2020, realizando 919 mil e 384 partos, alcançando uma cobertura de 85,2%.

Registámos o aumento do número de crianças com menos de 12 meses completamente vacinadas, abrangendo 766.555 crianças, alcançando uma cobertura de cerca de 71% do programado.

Desparasitamos 2.076.645 crianças de 12 a 59 meses, correspondendo a uma cobertura de 98% e uma evolução em 37% em relação ao ano de 2020.

**Em relação ao combate às grandes endemias**, nomeadamente, a Malária, Tuberculose e HIV/SIDA, queremos destacar a distribuição de 1.219.631 redes mosquiteiras nas consultas pré-natais, abrangendo 79% do total de mulheres grávidas que fizeram a primeira consulta pré-natal, registando uma evolução de 43% em relação a 2020.

Registámos uma redução dos casos de Malária em 5,9%, tendo sido registados 5.748.384 casos contra 6.111.683 casos registados em 2020, em parte como resultado do tratamento e da adopção de métodos preventivos.

**Para reduzir o Impacto das ITS, HIV e SIDA e da tuberculose**, alargámos o tratamento anti-retroviral para mais pessoas, abrangendo actualmente 1.497.692 adultos, e 93.184 crianças, alcançando um incremento, em relação ao ano de 2020, na ordem de 24% e 21%, respectivamente.

Diagnosticámos e iniciámos o tratamento a 54.114 casos de tuberculose de todas formas, dos quais 6.379 casos de tuberculose infantil, contra 54.342 registados em 2020, dos quais 6.869 eram de tuberculose infantil, demonstrando-se uma ligeira redução de casos.

Com o objectivo de promover o diagnóstico precoce do cancro do colo do útero, rastreamos 885.856 mulheres dos 25 a 54 anos de idade, contra 757.354 mulheres rastreadas em 2020, o que representa um aumento de 16%. No mesmo ano, 239 mulheres perderam a vida.

Na mesma sequência, introduzimos ainda no passado mês de Novembro, a vacina para a prevenção deste tipo de cancro nos serviços de vacinação, onde esperamos alcançar um total de 492.940 meninas de 9 anos de idade em todo país.

No domínio legislativo, aprovámos o novo Código de Ética e Deontologia dos Profissionais do Sistema Nacional de Saúde, a Política de Saúde e sua Estratégia de Implementação, elaborámos a Política de Informação para Saúde e a Política de Sistemas de Informação para Saúde.

## **Juventude**

A **juventude** tem merecido a nossa especial atenção por constituir a maior força activa no processo de desenvolvimento conforme prometemos em 2019.

Quando nos referimos a este grupo social, uma das nossas preocupações é a tendência crescente dos índices de infecção pelo HIV e SIDA, gravidez precoce, casamentos prematuros, violência baseada no género e os malefícios do consumo excessivo de álcool e drogas.

Para que estes fenómenos não comprometam o futuro da juventude, nossa janela de esperança, estamos a implementar o **Programa Geração BIZ**, tendo formado 1.698 activistas e sensibilizado 859.383 adolescentes e jovens, elevando os seus conhecimentos.

Com vista a incentivar a rapariga a investir na educação, lançámos o **Programa “EU SOU CAPAZ”** que abrange 45 distritos.

No quadro deste **Programa**, distribuimos gratuitamente **28.697** uniformes escolares às raparigas das Escolas Primárias dos Distritos da Província de Manica.

Registámos com satisfação o aumento expressivo do número de concorrentes do “**Prémio Jovem Criativo**”, passando de **423** concorrentes, em 2020, para **2.248** concorrentes, em 2021, o que demonstra que o país tem grande potencial de jovens com capacidade de criar e inovar nas diversas áreas.

Financiámos, através do Fundo de Apoio às Iniciativas Juvenis (FAIJ), 78 projectos para jovens em Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Sofala, nas áreas de agro-pecuária, agro-

processamento, arte e cultura, inovação tecnológica e produção de embalagem, assegurando 390 auto-empregos.

Alocámos, através do Programa “**Meu kit, Meu Emprego**”, 908 kits produtivos pelo País, beneficiando mil e 756 jovens que optaram por abraçar o auto-emprego, contribuindo para o surgimento de micro e pequenas empresas.

Lançámos o “**Regulamento de atribuição de Bolsas de Formação Profissional**” que preconiza maior acesso à formação profissional da rapariga, através da redução em 30% de propinas para Mulher e Rapariga que se inscrevam nas áreas de Construção Civil e Industrial.

Nos programas de estágios pré-profissionais, assegurámos a inserção de **3.464** jovens recém-formados em diversas empresas públicas e privadas, facilitando assim a sua transição da escola para o mercado de trabalho.

## **Desporto**

**No domínio do desporto**, activámos 230 núcleos desportivos nas províncias de Tete, Manica e Inhambane massificando a prática desportiva e promovemos também a formação desportiva, abrangendo 248 agentes desportivos nas Províncias de Maputo, Nampula, Zambézia, Manica, sendo 73 mulheres e 175 homens.

No desporto de alta competição, assegurámos a participação em diversos campeonatos e modalidades, tendo obtido resultados satisfatórios, dos quais destacamos: as duas (2) Medalhas de Ouro, no Campeonato Africano de Boxe; uma (1) Medalha de Prata, no Campeonato Africano das Nações de Futebol de Praia no Senegal e o consequente apuramento para o mundial da Rússia 2021; uma (1) Medalha de Ouro, no Campeonato de Futebol de Praia da COSAFA; uma (1) Medalha de Bronze no Campeonato Africano de Judo; uma (1) medalha de bronze, nos jogos paralímpicos de Tóquio, e uma (1) medalha de bronze na fase final do Campeonato Mundial de Bajas no Alentejo – Portugal em Motociclismo.

## **Acção e Protecção Social**

**Na acção e protecção social**, assistimos, nos programas de assistência social, 917.973 agregados familiares, melhorando as condições socio-económicas e a sua inclusão social e prestámos assistência a 7.407 pessoas desamparadas em Centros de Acolhimento públicos, contribuindo para a sua protecção e combate à mendicidade.

**Na assistência e protecção à criança**, criámos 31 e revitalizámos 142 Comités Comunitários de Protecção à Criança, prestámos apoio psicossocial a 379 crianças vítimas de violência e 2 crianças vítimas de tráfico, providenciámos apoio multiforme a 52 mil e 11 crianças e acolhemos 17 mil e 992 crianças vulneráveis e desamparadas em centros de acolhimento.

Reunificámos, em famílias próprias e de acolhimento, 1.714 crianças que viviam em centros de acolhimento, 206 crianças vítimas de uniões prematuras e 150 crianças de rua.

**Quanto à protecção e assistência a mulher**, foi possível prestarmos assistência a 4.694 pessoas vítimas de violência, das quais 2.448 acederam aos serviços dos Centros de Atendimento Integrado, permitindo a superação do trauma e harmonia familiar e social.

Promovemos o empoderamento económico da mulher e o aumento do acesso aos recursos produtivos, capacitando 2.798 mulheres em gestão de negócios e empreendedorismo, 1.573 mulheres em matéria de higiene alimentar e nutrição, 2.437 membros de associações em matéria de igualdade e equidade de género e 14 Associações de mulheres, em matéria de uso de técnicas de agro- processamento.

Neste sector, temos o compromisso de aumentar o caudal da sua assistência.

## **Combatentes**

**No domínio dos Combatentes**, promovemos acções que visam a sua assistência, sua inserção socio-económica, incluindo os seus dependentes, tendo fixado 1.617 pensões, sendo 86 para Veteranos da Luta de Libertação Nacional, 832 da Defesa da Soberania e Democracia e 689 de pensão de sobrevivência.

No período em análise, atribuímos 279 bolsas de estudos para o ensino superior, sendo 147 homens e 132 mulheres e beneficiámos 7.536 filhos de combatentes de isenção de pagamento de matrículas nas escolas secundárias do ensino geral, sendo 4.369 homens e 3.167 mulheres.

Neste momento e de forma cumulativa, dos 97.867 Veteranos da Luta de Libertação Nacional, 89.084, correspondentes a 91% já tem pensões fixadas e 9% ainda não se apresentaram para reclamar as suas pensões.

Dos 71.784 combatentes da defesa da soberania e democracia registados, 39.365 já têm as suas pensões fixadas e os restantes estão com os processos em tramitação.

Ainda no âmbito da Inserção Social, o Fundo da Paz e Reconciliação Nacional tem estado a financiar projectos socio-económicos para elevar a renda dos Veteranos da Luta de Libertação Nacional e Combatentes pela Defesa da Soberania e da Democracia.

Neste contexto, foram financiados 33 projectos de geração de renda aos combatentes, sendo 13 de Veteranos da Luta de Libertação Nacional, 12 da Defesa da Soberania e da Democracia e uma viúva. Destes, resultou a criação de 83 novos postos de emprego.

### **Fortalecimento da Gestão Sustentável dos Recursos Naturais e do Ambiente**

No fortalecimento da gestão sustentável dos recursos naturais e do ambiente, concentrámos esforços na promoção da conservação, mitigação do impacto das mudanças climáticas, gestão de terras e fiscalização.

No **que tange à conservação**, inaugurámos a unidade habitacional da Comunidade de Salane, Posto Administrativo de Pafúri, Distrito de Chicualacuala, entregando formalmente 140 casas a igual número de famílias reassentadas, no âmbito do plano de manejo sustentável do Parque Nacional do Limpopo.

Lançámos o Programa de Conservação da Biodiversidade **“Promove Biodiversidade”**, no qual mobilizámos 13 milhões de dólares americanos, concorrendo para a conservação, gestão sustentável dos recursos e promoção da biodiversidade.

Este programa visa reforçar a capacidade das instituições que trabalham na gestão dos recursos naturais, assegurar o manejo das Áreas de Proteção das Ilhas Primeira e Segunda, nas províncias de Nampula e Zambézia, Monte Mabu e o Parque Nacional do Gilé, bem como melhorar as condições de vida das comunidades das áreas da sua implementação.

Destacámos igualmente o **Programa Nacional de Restauração do Mangal**, visando acelerar a implementação da estratégia de gestão de mangal 2020-2024, e criar um movimento

nacional, sobre a necessidade de sua protecção e travar o actual cenário de degradação acentuada.

Destacámos também, o Projecto “**MOZNORTE**” no valor de 22,9 milhões de dólares americanos, um donativo do Banco Mundial, visando melhorar a gestão dos recursos naturais e meios de subsistência das comunidades vulneráveis na região norte.

Este valor será aplicado na Reserva Nacional de Niassa, Parque Nacional das Quirimbas, Área de Protecção Ambiental das Ilhas Primeiras e Segundas, Programa Comunitário “Chipange Chetu” e Parque Nacional das Quirimbas, abrangendo pessoas deslocadas, mulheres e jovens.

Não deixaríamos de mencionar o Projecto de “**Economia Rural e Sustentável**”, no valor de 9,9 milhões de dólares para a paisagem do Zambeze que inclui o Parque Nacional de Magoé e o programa Comunitário “Tchuma Tchatu”, visando aumentar a produtividade agrária, o acesso ao mercado e a melhoria das práticas de gestão de recursos naturais, cuja implementação iniciou em Outubro do presente ano.

Destacámos a nossa adesão na qualidade de Presidente da República ao “**Clube dos Gigantes**”, uma iniciativa virada à conservação do elefante, como sinal inequívoco do nosso empenho na conservação da flora e fauna, sobretudo de espécies em risco de extinção, abrindo oportunidades para mobilização de assistência técnica, visibilidade e atracção de investimentos internacionais para área de conservação.

Continuamos empenhados na restauração das áreas de conservação, tendo sido reintroduzindo novas espécies de animais nos parques e nas reservas, nomeadamente: bois-cavalos, zebras, Chitas, Leopardos e Búfalos, contribuindo na protecção das espécies e promoção turística.

**No domínio das mudanças climáticas**, realizámos a Primeira Conferência Nacional sobre Mudanças Climáticas, a Conferência Crescendo Azul e lançámos o Manual da Banda Desenhada sobre Mudanças Climáticas “**Dr. Clima**”.

Estes eventos resultaram na partilha de experiências ao nível nacional e internacional sobre boas práticas de implementação dos planos locais de adaptação, acesso aos fundos climáticos, bem como na sensibilização da sociedade sobre o impacto das mudanças climáticas e

mobilização dos diferentes actores para a implementação de acções de Mudanças Climáticas no País.

Actualizámos e submetemos a Convenção Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas da Contribuição Nacionalmente Determinada de Moçambique, bem como a sua divulgação durante a Conferência das Nações Unidas para a Mudança do Clima (COP-26).

Moçambique tornou-se o primeiro País a receber 6,4 milhões de dólares americanos do Fundo da Parceria do Carbono Florestal (Forest Carbon Partnership Facility), um fundo do Banco Mundial, em reconhecimento da redução de emissões por desmatamento e degradação florestal, resultantes da comercialização de 1,28 milhões de Toneladas de Carbono Equivalente, sendo que 70% do valor retorna as comunidades, 20% destina-se ao Sector privado e 4% volta para os distritos envolvidos.

O montante recebido constitui uma fracção dos 50 milhões de dólares previstos a receber até 2024, correspondente ao potencial de 10 milhões de Toneladas de Carbono Equivalente, potencial existente em 9 Distritos da Província da Zambézia.

**Na gestão de terras**, aprofundámos o pacote legislativo e aprovámos o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento Territorial, definindo desta forma o conjunto de princípios que devem orientar a elaboração dos instrumentos de ordenamento territorial, promovendo a progressiva eliminação das assimetrias regionais.

Esta Magna Casa aprovou ainda os Planos Especiais do Ordenamento Territorial do Vale do Zambeze e da Ilha de Kanyaka.

**Quanto à fiscalização**, realizámos a Campanha Nacional de Fiscalização Florestal, sob lema “**Tolerância zero às irregularidades na exploração florestal**”, que resultou na aplicação de 1.215 multas no valor de cerca de 153 milhões de meticais e apreensão de cerca de 19.000 metros cúbicos de Toros de madeira e outros produtos florestais não madeireiros.

Foram recuperados 76 contentores de madeira exportados ilegalmente, em Dezembro de 2020, para a República Popular da China, a partir do Porto de Pemba, estando neste momento a decorrer trâmites legais para o seu destino final.

Abortámos a tentativa de exportação de 26 contentores de madeira em desacordo com as condições legalmente estabelecidas, sendo catorze (14) contentores com madeira de primeira classe, no Porto da Beira, quatro (4) em Nacala, e oito (8) no Porto de Quelimane.

Estes dois últimos processos estão a seguir seus trâmites legais junto dos órgãos de administração da justiça e os seus mentores e ou facilitadores estão a contas com a justiça.

Apesar de todos esforços que o governo tem empreendido no sentido de assegurar a sustentabilidade na exploração dos recursos florestais, persistem actos de exploração ilegal nas áreas de floresta produtiva, a invasão das áreas de conservação perpetrada por furtivos e operadores desonestos.

Durante o período em análise, foram submetidos ao Ministério Público 552 processos de infração que consubstanciaram em crimes ambientais sendo, 506 crimes contra a flora e fauna, nas áreas de conservação e 46 crimes no sector florestal.

Do total dos crimes, 120 foram julgados e os restantes 430 em tramitação.

Fiscalizamos 617 parcelas de terra correspondentes a uma área de 888.575 hectares, sendo que 97 DUATs foram extintos e revertidos a favor do Estado por incumprimento dos planos de exploração, o correspondente a uma área de cerca de 181.212 hectares contra os anteriores 156.413 hectares, de 2020.

### **Senhores Deputados!**

**No quadro do reforço da cooperação internacional** aprofundámos a diplomacia económica e política, e estreitámos relações de amizade com vários países, tendo firmado várias parcerias e mobilizado vários recursos para o desenvolvimento.

Em resultado da **diplomacia económica**, mobilizámos cerca de 24,8 mil milhões de meticais para apoio a projectos de desenvolvimento do sector público e social, concorrendo para a melhoria do sistema de segurança pública, do sistema de saúde com foco no combate as doenças pandémicas.

Mobilizámos fundos, no âmbito do Plano Nacional de Resposta à Pandemia da COVID-19, sendo que a União Europeia disponibilizou 100 milhões de Euros.

Estabelecemos acordos de perdão ou suspensão da dívida com parceiros como a França e a República Popular da China, permitindo a mobilização de fundos para investimentos públicos e para o desenvolvimento socioeconómico do país.



**Na diplomacia política**, no âmbito do combate ao terrorismo, foi possível mobilizar parcerias bilaterais e multilaterais para uma Missão da SADC em Moçambique (SAMIM), constituída por contingentes de tropas da África do Sul, Botswana, Lesotho e República Unida da Tanzânia, prorrogada por mais três meses; do Contingente do Ruanda, da Missão de Treino da União Europeia em Moçambique e o programa de treinamento por parte da República do Zimbabwe.

No quadro de sinergias no combate ao terrorismo contámos, igualmente, com todo o tipo de apoio bilateral material da África do Sul, Quénia, Portugal, Estados Unidos, Reino Unido, República Popular de China e Uganda, entre outros países e organizações interessados em apoiar, incluindo a União Africana e as Nações Unidas.

Noutros domínios de cooperação, decorrem actividades de mapeamento da comunidade moçambicana na diáspora, através de cadastramento na plataforma electrónica, que abrangeu até então 20% da população estimada.

Lançámos no âmbito da Presidência rotativa da SADC, o Centro de Operações Humanitárias e de Emergência (COHE), na Cidade de Nacala Porto, em Nampula, visando coordenar a preparação e resposta regional a desastres e recuperação rápida em apoio aos Estados Membros afectados por eventos extremos.

Participámos na Quadragésima Primeira (41<sup>a</sup>) Cimeira Ordinária da SADC, onde procedemos à apresentação do nosso relatório na nossa presidência e entregámos o testemunho ao Presidente da República do Malawi.

**No estreitamento e reforço dos laços de amizade, irmandade e solidariedade**, participámos nas Cerimónias Fúnebres de Estado, de Sua Excelência John Magufuli, Presidente da República Unida da Tanzânia, Sua Excelência Kenneth David Kaunda, em Lusaka, na República da Zâmbia e do Antigo Presidente da República Portuguesa, Sua Excelência Jorge Sampaio, neste último, através do Ministro da Indústria e Comércio.

Participámos, ainda, no acto de investidura de Sua Excelência Hakaine Hichelema, Presidente da República da Zâmbia.

Na nossa qualidade de Presidente Rotativo da SADC, lançámos a Força de Alerta da SADC – SAMIM, constituída por contingentes de tropas da África do Sul, Botswana, Lesotho e República Unida da Tanzânia, que estão a apoiar Moçambique no combate ao Terrorismo.

Foi uma experiência não antes vivida, o que marcou uma nova era de defesa colectiva, no âmbito da interacção regional.

Realizámos o encontro de alto nível com Sua Excelência Azali Assoumani, Presidente da União dos Comores, em Maputo, contribuindo para o reforço e consolidação das relações de amizade entre os dois países e a troca de pontos de vista sobre as questões de combate ao terrorismo em Cabo Delgado e manifestação de intenções para cooperação em áreas económicas e de segurança social.

Ainda, neste âmbito, efectuámos uma Visita de Estado à República do Malawi que tinha como principal objectivo reforçar as relações de irmandade e de cooperação existentes entre os nossos dois países que partilham laços históricos, culturais e familiares, onde cimentámos a cooperação mútua. Reiteramos o nosso apoio ao Malawi para que a presidência da SADC, que actualmente exerce, seja coroada de muitos êxitos.

Procedemos a uma visita de trabalho à Coreia e no encontro havido com o Presidente Moon Jae-In reafirmámos o nosso interesse em reforçar laços de cooperação mútua. Testemunhámos, ainda, o baptismo e a partida para Moçambique da plataforma flutuante – CORAL SUL FNLG, como momento fundamental para efectivar a exploração das nossas reservas de gás natural.

Presidimos a Cimeira dos Chefes de Estados e de Governo do Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPS), em formato virtual, na nossa qualidade de presidente rotativo, onde abordámos a “Gestão de Riscos de Desastres em África, com foco nos Desafios e Perspectivas para a Segurança Humana”.

Participámos, igualmente, na Septuagésima Oitava (78ª) sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Setembro de 2021.

Prosseguimos com o lançamento da campanha de candidatura de Moçambique a Membro Não Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas no período 2024-2026. O Governo reafirma o seu compromisso com a Paz e Segurança Internacional. A candidatura de Moçambique a Membro Não Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas conta com o apoio inestimável da SADC e da União Africana e temos estado a receber apoios e encorajamentos de mais países amigos.

Caso sejamos eleitos, o nosso país irá desempenhar um papel central no contexto da promoção da paz e segurança internacional.

### **Moçambicanas e Moçambicanos!**

Acabámos de passar em revista as principais realizações do Governo para o ano de 2021. Este ano foi marcado por um número extenso de realizações.

Vale a pena, porém, destacar **09 grandes** conquistas que contribuíram largamente para a evolução da estabilidade e progressos que o País regista quando comparado com o ano de 2020. Essas conquistas são:

- *Combate ao terrorismo;*
- *Controle da pandemia da COVID 19;*
- *Combate à Fome;*
- *Acesso à água potável;*
- *Acesso à energia eléctrica;*
- *Educação;*
- *Consolidação da economia;*
- *Acesso a emprego;*
- *Construção infra-estruturas diversas.*

Vamos referir, sumariamente, cada uma destas conquistas e o modo como projectamos consolidar esses avanços em 2022:

#### **i. No combate ao terrorismo**

Registámos uma redução de vítimas e frequência de ataques quando comparado com 2020.

Em 2022, iremos prosseguir com o treinamento das forças especiais, reequipamento e modernização das FDS. Procederemos a uma ocupação extensiva dos distritos e continuaremos a assegurar a cooperação militar internacional.

ii. **No controle da Pandemia da COVID-19**

Controlámos a propagação, reduzimos os internamentos e o número de óbitos e iniciámos o processo de vacinação massiva.

Em 2022, continuaremos com a monitoria e controle assistidos pela Comissão Técnico-Científica para a prevenção e Resposta à COVID-19 e outros organismos internacionais. Iremos igualmente vacinar toda a população considerada como grupo-alvo, de forma a atingir a nossa meta de **16 825 333 milhões** de pessoas.

iii. **No Combate à Fome**

Verificou-se o aumento de agregados familiares com reservas alimentares de **32%** em 2020, para **56%** em 2021. (SETSAN)

Mais de **3 milhões** de moçambicanos passaram a ter acesso à alimentação adequada, comparativamente ao período de 2016 e 2020, em que o número de pessoas com alimentação inadequada se manteve em cerca de **12 milhões**. (SETSAN, IPC/WFP/UN)

iv. **No acesso à água potável**

Registámos o aumento da percentagem de agregados familiares que passaram a ter acesso a fontes de água segura de 64% em 2020 para 73% em 2021. (SETSAN, MOPH, IOF 2020)

Em 2022, pretendemos aumentar a cobertura de abastecimento de água para as ruas até 54% e para as zonas urbanas 84.4%.

v. **No acesso à energia eléctrica**

A taxa de acesso de energia em 2020 foi de 38% e, em finais de 2021, atingiremos 44%.

A projecção da taxa de acesso para 2022 é de 50% da população moçambicana.

vi. **Na educação**

Na Educação, registámos a inscrição de mais de 1.500.000 crianças no ensino primário. O número de alunos matriculados em 2021 foi de 8.611.958 alunos, o que representou um crescimento de 0.2%.

O crescimento observou-se a todos os níveis e sistemas de ensino, isto é, Alfabetização, ensino e formação técnico-profissional e ensino superior.

No próximo ano lectivo, prevemos o registo de mais 1.540.000 mil crianças no ensino primário e subida de todos outros indicadores e segundo IOF (2014/15), a taxa de analfabetismo era 44,90%, hoje 39.90% e prevemos alcançar em 2022 a taxa de 31%.

vii. **Na Economia**

Observámos um registo de crescimento do PIB em 1.78% contra o crescimento negativo de menos **1,8%** em 2020.

Estes dados sugerem o início da retoma económica e o controlo da inflação abaixo de 7%.

Nas nossas perspectivas, antes da crise pandémica da COVID-19, o ano 2021 seria um ano de inflexão da curva do ritmo de crescimento e o início de um novo ciclo de prosperidade económica.

Contudo, e com as devidas cautelas, podemos projectar para 2022, um crescimento entre 2,6% e 5,3%, no pressuposto de conseguirmos sustentar a estabilidade conquistada no segundo semestre de 2021. Se assim for, poderemos projectar um crescimento acima de 7% a partir de 2023.

viii. **No emprego**

Até Setembro, criámos **230.000** novos empregos e perdemos **30.000** empregos formais, contra os **253.000** novos empregos criados e **90.000** perdidos em 2020.

No próximo ano, temos a perspectiva de criação de mais 272.000 postos trabalhos, sejam eles do sector público ou privado.

ix. **Infra-estruturas**

Como foi detalhado durante a informação aqui prestada, o ano que agora termina foi marcado pela construção de infra-estruturas vitais como estradas, pontes, portos aeroporto e outras.

Em 2022, continuaremos a cumprir o previsto de acordo com o PES aprovado nesta casa.

**Digníssimos Deputados;**

**Compatriotas!**

**A NOSSA PERSPECTIVA**

Depois de um ano atípico de 2020, assolado por uma crise global perpetuada pela pandemia da COVID-19, em 2021, a maioria das economias mundiais demonstrou passos significativos de reversão económica.

A exemplo de muitas economias, Moçambique não parou no tempo. O meu Governo, juntamente com os moçambicanos, tudo fizemos para reverter o cenário de destruição do tecido **socio-económico**. Os dados apresentados atestam a tendência de crescimento da nossa economia.

Continuaremos empenhados na manutenção da segurança e da nossa soberania, na consolidação da **Paz e Reconciliação** nacional, promoção da Unidade Nacional, e o desenvolvimento sócio-económico do nosso país. Sabendo que a Paz é uma condição básica

para o nosso desenvolvimento focaremos a nossa acção na eliminação do terrorismo no território nacional.

Para o efeito, iremos intensificar a formação, o reequipamento e modernização das Forças de Defesa e Segurança, em todas as especialidades.

Vamos acelerar e consolidar a materialização do Plano de **Reconstrução de Cabo Delgado** (PRCD) para manter intacta a soberania do nosso Estado e retomar a nossa caminhada rumo ao progresso.

Esta actividade ocorrerá em paralelo com as acções levadas a cabo pela Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte - **ADIN**.

Assim, o nosso foco será **na agricultura, na indústria extractiva, na indústria transformadora**, no turismo e **nas pescas e aquacultura**.

**Promoveremos o desenvolvimento do capital humano e social**, disponibilizando mais água potável e energia, apostando na melhoria da qualidade de educação e ensino técnico profissional, saúde, acção e assistência social aos mais vulneráveis, aproximando serviços e abrangendo, cada vez mais pessoas e elevando o padrão de vida e bem-estar.

Mobilizaremos toda a nossa capacidade intelectual e institucional, centrando esforços na redução da magnitude da vulnerabilidade do País às Mudanças Climáticas e mitigação dos seus impactos na economia e bem-estar das populações.

A nossa aposta também será no aprofundamento das reformas estruturantes e sectoriais, fortalecimento das instituições e a melhoria contínua do ambiente de negócios para atracção de investimentos produtivos para sectores estratégicos e a criação de mais empregos.

## **Moçambicanas e Moçambicanos**

Como todos pudemos testemunhar, o ano de 2021 iniciou com grandes incertezas a nível global. Essas incertezas foram agravadas no nosso País por causa do terrorismo em Cabo Delgado, da insegurança na região centro e dos cíclicos desastres naturais que assolaram o território nacional.

Decorridos 12 meses do ano civil que agora termina, podemos afirmar que os grandes resultados alcançados conferiram uma maior estabilidade e uma melhor condição para a retoma do crescimento de Moçambique.

Definimos, no nosso Programa Quinquenal do Governo, a preocupação prioritária de **“Impulsionar o crescimento económico, a produtividade e a geração de emprego”**. Este objectivo só é atingível se instalarmos um ambiente de negócios mais atractivo, o que estimulará o investimento nacional, a criação de postos de trabalho e a geração e partilha da renda nacional.

Para reduzir o impacto negativo da forma convencional da prestação da garantia provisória, ao mesmo tempo protegendo interesses do Estado, o Governo de Moçambique introduziu a **Declaração de Garantia Provisória**, como alternativa à prestação de garantia provisória na forma convencional.

Apraz-nos comunicar, aqui e agora, que no exercício económico de 2022, o Estado passará:

- A. A reservar, apenas para participação das Micro, Pequenas e Médias Empresas, **20% do orçamento da manutenção de estradas, financiado por recursos nacionais, sendo 6% desse orçamento reservado especialmente àquelas empresas detidas ou geridas por mulheres.**

Esta medida de política económica surge no âmbito da operacionalização combinada de três políticas e estratégias nacionais definidas pelo Governo:

- A Estratégia Nacional de Desenvolvimento das Pequenas e Médias empresas;
- A Política de Estradas; e
- O Plano Nacional para o Avanço da Mulher 2018 - 2024.

- B. Igualmente, as pequenas e médias empresas terão um **Tratamento Diferenciado no acesso ao mercado dos bens e serviços**, passando a gozar de um direito de preferência;

- C. Será definida a **Contribuição de grandes empresas para a certificação de qualidade como forma** de promover e fomentar as micro, pequenas e médias empresas;



D. Serão estabelecidas concessões de tarifas especiais de energia eléctrica para as novas micro e pequenas indústrias e do sector do turismo; e

E. Outros incentivos fiscais serão estabelecidos e divulgados.

Detalhes sobre a aplicabilidade destes benefícios serão divulgados em devido tempo.

## **Compatriotas**

Todo o ano de 2021 foi vivido numa situação particular de Emergência e Calamidade. Esta condição exigiu do povo moçambicano um espírito de sacrifício e de adaptação constante a uma nova forma de estar e de conviver, naquilo que denominamos de “novo normal”.

As conquistas realizadas custaram empenho e sacrifício a todos os moçambicanos. Desta forma, ilustres deputados, permitam-me que manifeste aqui o meu especial agradecimento a quem foi o principal responsável por estas grandes conquistas.

Esse responsável foi o povo moçambicano! Perante este povo tão abnegado nos inclinamos, com infinita gratidão! **Muito Obrigado, Povo Moçambicano!**

Não posso terminar a minha intervenção sem endereçar, por vosso intermédio, uma saudação especial às nossas gloriosas e bravas Forças de Defesa e Segurança, pela determinação no combate ao terrorismo na província de Cabo Delgado.

Estes nossos soldados não podem ficar anónimos na gloriosa luta para devolver a tranquilidade àquela província e pela defesa da ordem e segurança nas províncias de Sofala e Manica.

Esta saudação estende-se à Força da SADC em Estado de Alerta e às tropas do exército do país irmão do Ruanda que não se poupam a esforços para que a dor e a morte não continuem a pairar sobre os nossos compatriotas de Cabo Delgado.

Os nossos agradecimentos são ainda extensivos aos povos irmãos dos respectivos países.

**Sua Excelência Senhora Presidente da Assembleia da República;**

**Digníssimos Deputados,**

## **Meus compatriotas!**

Temos consciência dos grandes desafios que temos à nossa frente. Mas **EU tenho** ainda mais certeza de que podemos cumprir esses sonhos.

O caminho em frente é de muito trabalho, porque somente com trabalho, trabalho e trabalho podemos consolidar os nossos avanços e superar as nossas metas.

Num ano em que a única certeza que tínhamos era a incerteza, podemos afirmar com convicção e esperança, que o estado geral da nação é de: **AUTO-SUPERAÇÃO, REVERSÃO DAS TENDÊNCIAS NEGATIVAS E CONQUISTA DA ESTABILIDADE ECONÓMICA.**

**Muito obrigado pela vossa atenção!**